

ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS DA TRANSIÇÃO DE
MODELOS PRODUTIVOS AGRÍCOLAS EM COMUNIDADES
TRADICIONAIS: estudo de caso da comunidade de geraizeiros
da Matinha (Guaraí/TO)**

**Tupã – SP
2019**

ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS DA TRANSIÇÃO DE
MODELOS PRODUTIVOS AGRÍCOLAS EM COMUNIDADES
TRADICIONAIS: estudo de caso da comunidade de geraizeiros
da Matinha (Guaraí/TO)**

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientador:
Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Comitê de Orientação;
Prof. Dr. Rodrigo Lilla Manzione
Prof. Dr. Raúl Andres Martinez Uribe

**Tupã/SP
2019**

Ficha catalográfica

C157a Campos, Alexandre de Castro.
Análise dos impactos sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) / Alexandre de Castro Campos. - Tupã, 2019.
90 f.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2019.

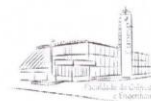
Orientador Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Coorientador Prof. Dr. Rodrigo Lilla Manzione
Coorientador Prof. Dr. Raúl Andres Martinez Uribe

1. Agroecologia. 2. Comunidades tradicionais. 3. Geraizeiros. 4. Sociabilidade. I. Título. II. Autor.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Tupã



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS DA TRANSIÇÃO DE MODELOS PRODUTIVOS AGRÍCOLAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE GERAIZEIROS DA MATINHA (GUARÁ/TO)

AUTOR: ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS
ORIENTADOR: NELSON RUSSO DE MORAES
COORIENTADOR: RODRIGO LILLA MANZIONE
COORIENTADOR: RAUL ANDRES MARTINEZ URIBE

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. NELSON RUSSO DE MORAES
Coordenadoria do Curso de Administração / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Prof. Dr. RENATO DIAS BAPTISTA
Coordenadoria de Curso de Administração / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Profa. Dra. RAQUEL CABRAL
Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP - Bauru/SP

Tupã, 25 de janeiro de 2019

ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS

ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS DA TRANSIÇÃO DE MODELOS PRODUTIVOS AGRÍCOLAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da UNESP Campus Tupã - SP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes (orientador)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Prof. Dr. Renato Dias Baptista

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Prof. Dra. Raquel Cabral

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Tupã/SP, 25 de janeiro de 2019

CAMPOS, Alexandre C. Análise dos impactos sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO). 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2019.

RESUMO

Em um contexto planetário marcado pela crescente degradação do meio ambiente e pelo surgimento de novos modelos de relações sociais, especialmente tangidas pelos fenômenos da globalização e da internet, as comunidades tradicionais se diferenciam no estabelecimento de relações sociais que possam trazer a sustentação econômica e manutenção de seu território, contudo existem elementos que precisam ser melhor elucidados nessa convergência de interesses entre sociedade urbana de consumo e comunidades rurais produtoras, mas que por suas características tradicionais trazem ainda o condicionante cultural à complexidade dessas relações. Esta pesquisa de mestrado contribui com uma sêra teórica em estruturação e que trata sobre o desenvolvimento de comunidades tradicionais, neste sentido delimita como problema de pesquisa “quais os impactos sociais da transição de modelos agrícolas em comunidades tradicionais?”. É uma pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa, que centrado-se à dialética complexa do desenvolvimento de comunidades adota o estudo de caso como estratégia de investigação. Foram realizadas ampla exploração bibliográfica e documental, visitas *in loco* para observação sistemática e entrevistas com moradores da comunidade, utilizando-se de questionário com pautas semiestruturadas. A técnica de interpretação de dados foi a triangulação de métodos utilizados e de informações coletadas. A comunidade tradicional de geraizeiros do Povoado Matinha, município tocantinense de Guaraí, dentro da Amazônia legal brasileira, foi tomada como objeto de estudos, de modo intencional e não probabilístico dado a expressão regional e estadual de sua produção de hortaliças, como também suas fortes características de relação tradicional e cultural com seu território.

Palavras-chave: Agroecologia. Comunidades tradicionais. Geraizeiros. Sociabilidade.

CAMPOS, Alexandre C. Analysis of the social impacts of the transition from agricultural productive models to traditional communities: a case study of the community of Matora genera (Guaraí / TO). 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2019.

ABSTRACT

In a global context characterized by the increasing degradation of the environment and the appearance of new models of social relations, especially touched by the phenomena of globalization and the internet, traditional communities are differentiated in the establishment of social relations that can bring economic sustenance and maintenance of its territory. However, there are elements that need to be better elucidated in this convergence of interests between urban consumption society and producing rural communities, but by their traditional characteristics still bring the cultural conditioning to the complexity of these relationships. This research contributes with a theoretical aspect in structuring and that deals with the development of traditional communities, in this sense delimits as a research problem "what are the social impacts of the transition of agricultural models in to traditional communities?". It is a descriptive research with a qualitative approach, which focuses on the complex dialectic of community development adopts the case study as a research strategy. There were realized extensive bibliographical and documentary explorations, on-site visits for systematic observation and interviews with residents of the community, using a questionnaire with semi-structured guidelines. The technique of data interpretation was the combination of methods used and information collected. The traditional community of “geraizeiros do Povoado Matinha”, a municipality of Guaraí (no Tocantins), in the Brazilian legal Amazon, was taken as an object of study, in an intentional and non-probabilistic way given the regional and state expression of its vegetable production, as well as its strong characteristics of traditional and cultural relationship with its territory.

Key Words: Agroecology. Traditional communities. Geraizeiros. Sociability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Artigos pesquisados sobre agroecologia nas bases <i>Scopus e Web of Science</i> de 2010 a 2017 e os países publicados.	52
Figura 2 - Povoado Matinha no Estado Tocantins	62
Figura 3 - Matinha entre Guaraí e Colméia/TO.....	62
Figura 4- Povoado Matinha no Estado Tocantins.....	63
Figura 5 - Povoado Matinha no Estado Tocantins.....	64
Figura 6 - Momento de entrevistas com os geraizeiros da Matinha.....	66
Figura 7 - Sistema agroflorestal na Matinha.....	69
Figura 8 - Valdivino Marques Borges, multiplicador de agroecologia na comunidade da Matinha.....	70
Figura 9 - Feira livre municipal em Guaraí/TO.....	71
Figura 10 – Geraizeiros comercializando seus produtos na feira livre municipal de Guaraí/TO.	72
Figura 11 - Produtos agroecológicos sendo comercializados nos supermercados de Guaraí/TO	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para a limitação de seleção de artigos da RBS-agroecologia.....	44
Quadro 2 - Resultado da busca nas bases <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> com a palavra-chave “ <i>agroecology</i> ” entre os anos de 2012 e 2017.....	45
Quadro 3 - Resultado da pesquisa nas bases de dados <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i>	45
Quadro 4 - Os 10 artigos mais recentes de agroecologia nas bases <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> no período de 2012 a 2017.....	50
Quadro 5 - Número de artigos publicados nos principais journals de agroecologia nas bases <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> de 2012 a 2017.....	52
Quadro 6 - Autores com mais citações.....	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa.....	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 Comunidade x Sociedade.....	16
2.1.1 Comunidade	26
2.1.2 Sociedade.....	28
2.1.3 Sociabilidade.....	29
2.2 Formação do povo brasileiro Segundo Darcy Ribeiro.....	31
2.3 Povos originários e comunidades tradicionais.....	34
2.3.1 Decreto 6040 e Comunidades Tradicionais.....	36
2.3.2 Territorialidade.....	37
2.3.3 Comunidades Tradicionais de Geraizeiros.....	40
2.4 Agroecologia.....	42
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	57
3.1 Caracterização da pesquisa	57
3.2 Localização do povoado Matinha.....	61
4. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E TRIANGULAÇÃO.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	76
ANEXO I - DECLARAÇÃO PLATAFORMA BRASIL	84
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	86
ANEXO III - QUESTIONÁRIO.....	87

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos a escrita de sua história de evolução, a humanidade estruturou sua sociedade sob a ótica de seus interesses e demandas, delimitando os estados-nações sobre o planeta e sustentado suas relações de necessidades e de consumo a partir dos princípios do modo de produção capitalista. O crescimento das estruturas empresariais sobre as pessoas, suas famílias e comunidades estruturou e fortaleceu a sociedade de consumo que alinha sua maneira de viver e o seu poder de compra aos ciclos produtivos industriais, alterando substancialmente a orientação de felicidade e de sentido de viver (ANDRÉ, 2006; BAUMAN, 2001).

O aumento do consumo, para além do crescimento populacional, evidenciado pela crescente urbanização impelida pelas diversas fases da revolução industrial e tecnológica, levou a grande e profunda especialização de tarefas na divisão social do trabalho. Nesta trilha evolutiva, a sociedade cria conexões extremamente complexas e interdependentes, dentre elas: o rural e o urbano; a produção e o consumo; a sociedade e a comunidade, assim ao considerar a divisão social e técnica do trabalho, o precursor da sociologia francesa Émile Durkheim chamaria de solidariedade orgânica as relações estabelecidas entre as pessoas a partir da complementaridade de suas funções produtivas sociais (ARON, 2000).

Nesta esteira da construção de bases sociológicas destacam-se, dentre outros, *Auguste Comte* (1798-1857), *Émile Durkheim* (1858-1917), *Karl Marx* (1818-1883), *Max Weber* (1864-1920), *Ferdinand Tönnies* (1855-1936), *Georg Simmel* (1858-1918).

Na trilha pelo atendimento das necessidades humanas, a sociedade aproxima-se da insustentabilidade da relação entre estas e os recursos naturais, inclusive muitos fósseis não renováveis. Segundo Brundtland (1987), desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que possibilita atender as deficiências do presente sem prejudicar as futuras gerações, provendo suas próprias demandas, usando os recursos naturais respeitando o próximo e o meio ambiente.

Com a necessidade de atender suas próprias demandas, a sociedade desenvolveu diversas práticas agrícolas, promovendo então, um grande avanço da tecnologia no setor agrícola, que foram significantes no decorrer da história, causando transformações sociais, ambientais e culturais. Estas alterações se tornaram abundantes e prejudiciais ao meio ambiente, devido ao uso em excesso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, além do uso de máquinas agrícolas que possibilitaram uma maior produtividade obtendo uma melhor renda, mas contribuindo também para um maior empobrecimento dos solos, aumento de poluição, contaminação de alimentos e um grande descontrole de doenças e pragas (PEREIRA; SOUZA, 2016).

A agricultura brasileira vem sendo organizada de forma bastante intensiva, não atendendo os procedimentos protecionistas, causando diversos impactos ambientais, contribuindo para a degradação e esgotamento dos recursos naturais que estão acessíveis a sociedade. Esta que constrói seu espaço geográfico e social, obedecendo a seu capital disponível, seus conhecimentos técnicos, objetivos sociais e políticos (GRAZIANO, 1999).

Ao compreender que o agronegócio, quando centrado no aumento da produção, entra em desacordo com a sustentabilidade das cadeias e ciclos ecológicos do meio ambiente, a sociedade passa – gradativamente – a buscar meios alternativos e mais adequados de atender às suas necessidades sem comprometer o equilíbrio ambiental que por sua vez é parte importante das garantias às futuras gerações. Assim, surgem os produtos verdes, assim denominados pelo baixo impacto de seus processos produtivos, diferenciando-se dos convencionais (OZGUVEN, 2012; VEGA-ZAMORA et al., 2013; BRAGA JÚNIOR; SILVA, 2013).

Dentro deste conceito de produção agroecológica, onde o equilíbrio da fertilidade é a essência da produção, agindo diretamente na quantidade de matéria orgânica encontrada no solo e na intervenção de microorganismos atuantes nos compostos biodegradáveis, proporcionando o fornecimento de elementos minerais e químicos fundamentais ao desenvolvimento das produções agroecológicas. A produção, portanto, torna-se mais eficiente, se comparada à produção convencional com elevadas quantidades de produtos

industrializados (pesticidas e agrotóxicos) para uma produção de excedentes livre de doenças e pragas, não respeitando o meio ambiente, utilizando nutrientes tóxicos nas produções, para o consumo do ser humano (PRIMAVESI, 2002).

Neste contexto, o meio rural, do qual a sociedade, especialmente urbana depende, para a produção de alimentos e matérias primas, movimenta-se no sentido de se alinhar à formação do novo perfil de consumidor, mais exigente e voltado à sustentabilidade dos sistemas produtivos, seja em seus processos ou em seus produtos. No cenário rural, composto por vilas, povoados, assentamentos rurais, destacam-se as comunidades tradicionais, dentre elas os pescadores, os geraizeiros, povos de fundo de pastos e comunidades extrativistas, que se diferenciam pela relação de tradição e cultura com o território (MORAES et al, 2017).

Na esteira desta tratativa legal, Moraes et al (2016a) e Brandão (2010) coadunam no entendimento de que as comunidades tradicionais, à referência de estudos mais antigos acerca da tradição indígena, seriam grupamentos que ocupam alguns territórios, que usam muito pouco dos recursos naturais, mantendo-se reservados e por vezes indiferentes quanto aos valores artificiais da sociedade urbana. Dentre muitas definições de comunidades tradicionais, inclusive tratados à exaustão por Vieira (2014), destaca-se a seguinte contribuição de Diegues e Arruda (2001):

Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.27)

Antonio Carlos Sant'ana Diegues a partir, especialmente da obra *O Mito Moderno da Natureza Intocada* (DIEGUES, 2001), é referência recorrente aos

estudos sobre comunidades tradicionais, tendo especial contribuição a circunscrição teórica dos povos caiçaras e comunidades de geraizeiros.

1.1. Justificativa

No âmbito destas comunidades, legalmente diferenciadas, os geraizeiros caracterizam-se por serem historicamente formados por grupos familiares ou afetivos que se deslocaram das regiões das serras gerais, especialmente dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, formando novos povoamentos especialmente rurais nas regiões centrais do país, com destaque ao Estado de Goiás, Tocantins, sul do Maranhão e sudeste do Pará, que são fortemente caracterizados pela cultura mineira (MORAES et al, 2016b; D'ANGELIS FILHO; DAYRREL, 2006).

Neste cenário, em todo o país, mas especialmente nas regiões do entorno de municípios com maior poder de consumo, se fortalece a produção de alimentos em especial daqueles mais perecíveis (como as hortaliças e os legumes), geralmente produzidos por pequenos proprietários ou arrendatários de terras, que possuem a logística ideal para a produção e encaminhamento ao mercado consumidor final com reduzida perda pelo tempo de transporte (BALLOU, 1993; SATO et al, 2008).

No Estado do Tocantins, as pessoas e grupamentos com características ligadas aos geraizeiros e que não se diluíram à urbanidade das médias cidades do Estado, vivem em poucas comunidades rurais onde mantêm o traço cultural mas dependem das cidades para a busca de renda (quer seja pelo trabalho, quer seja pela venda de seus produtos) e mesmo para a busca de serviços (bancário, de saúde, previdência, dentre outros) (Governo do Tocantins, 2017).

Neste sentido, situado às margens da rodovia BR 131, a cidade de Guaraí/TO se constitui em um dos maiores mercados consumidores de hortaliças e legumes do Estado do Tocantins, pressionando a produção de alimentos de alta perecibilidade ao seu entorno. O consumo viu-se bastante ampliado no município e região, nas décadas finais do século XX, pelo aquecimento econômico advindo de grandes investimentos na produção de soja

e carne de gado, além das estruturas de serviço da Ferrovia Norte-Sul, da BR 153 (que liga as capitais Belém/PA, Palmas/TO e Goiânia/GO à Brasília/DF e São Paulo/SP), além de se constituir em centralidade de serviços bancários, de saúde e de outros atendimentos como o universitário (Governo do Tocantins, 2017).

Considerando-se o contexto, estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa: como a transição de modelos produtivos agrícolas, impelida pela sociedade contemporânea, impacta a sociabilidade de comunidades tradicionais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é analisar as mudanças estabelecidas nas relações e estruturas sociais de comunidades tradicionais decorrentes da transição de modelos produtivos agrícolas, a partir de um estudo da Comunidade da Matinha (Guaraí – TO).

Neste sentido espera-se responder a seguinte questão central: como a transição de modelos produtivos agrícolas, impelida pela sociedade contemporânea, impacta a sociabilidade de comunidades tradicionais?

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

a. Resgatar historicamente a formação, as tradições e as relações sociais das comunidades tradicionais de geraizeiros, com destaque para a Comunidade Matinha.

b. Circunscrever os processos produtivos e de alinhamento ao mercado da Comunidade Matinha (Guaraí – TO), demarcando as relações entre cidade-rural e consumidor-produtor.

c. Descrever a transformação social da Comunidade Matinha a partir da implementação de novos processos produtivos.

A próxima seção irá apresentar alguns conceitos importantes para a compreensão deste trabalho iniciando pela definição de comunidade e de sociedade dentro da perspectiva do sociólogo alemão *Ferdinand Tönnies* (1855-1936), em seguida, será exposta a formação do povo brasileiro segundo a perspectiva do antropólogo brasileiro *Darcy Ribeiro* (1922-1997), os conceitos de comunidades tradicionais, surgimento e principais características. Por fim, serão tratados os conceitos da agroecologia que é desenvolvida na comunidade tradicional de geraizeiros da Matinha em Guaraí/TO.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A sociedade e as comunidades

A sociedade planetária humana estruturou durante milênios a organização social contemporânea, seja pela aproximação, pela divisão do trabalho ou pela busca de atendimento de suas demandas de ordem individual, familiar e coletiva. Na trilha da estruturação do pensamento humano quanto à vida coletiva, a filosofia assumiu e se mantém como alicerce sendo que especialmente após o iluminismo e a revolução industrial, no século XIX e XX, se estrutura o pensamento sociológico a partir de seus precursores.

Aron (2000), destaca que a Sociologia surge e se estrutura então como campo decorrente da filosofia e que busca a explicação de fenômenos de ordem social humana, inclusive na sustentação das soluções de problemas da humanidade. O entendimento da estruturação da sociedade humana contemporânea e das relações dentro desta e com seus ordenamentos, entre indivíduos, famílias, comunidades e cidades, se faz mister para que se estabeleça este estudo, que toma a sociologia como condutora dos estudos.

Durante o século XIX e início do século XX, da maneira com a qual a sociedade capitalista foi estruturada, impactando as comunidades existentes, sociedade e comunidade apresentaram duas formas de sociabilidade que são essencialmente diferentes e opostas. Neste sentido parte-se de Karl Marx (1818-1883), para descrever que a contradição é abordada na medida em que a sociedade capitalista se baseia em uma relação inter-humana não-social e não necessariamente interdependente, o exame do relacionamento entre "o comum" e "o social" na perspectiva marxista (MARX, 1968).

Segundo Marx (1974), o modo de produção é a espinha dorsal das diversas formações sociais, no trabalho e na maneira que os homens e as mulheres produzem, através da relação, tanto da atividade humana no próprio processo de produção como dos produtos humanos entre si, é equivalente à atividade genérica e ao prazer genérico, cujo modo de existência é real, consciente e verdade são a atividade social e o gozo social.

Em relação ao processo de trabalho Marx (2011) aborda que ao operar, o trabalhador por meio da natureza ou fora dela, ele transforma ao mesmo tempo a sua própria natureza. Que a natureza ou a essência humana corresponde ao conjunto das relações sociais, então, a essência humana não é algo abstrato inerente a cada indivíduo e, portanto, nem algo fixo, inalterável e histórico, mas a maneira real e sólida que as relações sociais adquirem em cada etapa histórica. Porque a verdadeira comunidade é a essência humana, os homens colocando em ação sua essência, criando e produzindo a comunidade humana, a entidade social, que não é um poder universal abstrato, enfrentou para o indivíduo singular, mas a essência de cada indivíduo sua própria atividade, sua própria vida, seu próprio gozo, sua própria riqueza (MARX, 1974).

Sendo assim, a existência humana produz imediatamente certa forma de ser da comunidade. O fato de homens e mulheres, através de suas relações mútuas e com a natureza, produzir na sua comunidade e produzir-se é um fato absolutamente incontestável. Esses indivíduos produzem mesmo que não o conheçam, eles fazem isso sob todas as formas existentes da sociedade, sob o modo de produção capitalista, o trabalho não produz apenas commodities, mas também produz o trabalhador como mercadoria (MARX, 1968). Entendemos também, que eles não o fazem em sua "vontade livre" e sim a maneira imposta pela sociedade (MARX, 1971), mas homens e mulheres têm a capacidade de dar forma, dentro de certos limites, à sua organização social.

Portanto, a sociedade produz homem e mulher como tal, como seres sociais e, por sua vez, produzidos por eles. Mas a consciência desse fato, isto é, o poder dos seres humanos para modelar sua existência é precisamente o que impede a queda em qualquer determinismo e nos permite pensar em outro tipo de comunidade possível, é a condição de possibilidade da transição para outra forma de ser do mundo. Assim distingue o verdadeiro caráter social da existência humana, das relações recíprocas e da cooperação mútua e natural, que é possível observar em outras espécies de animais (VASQUEZ, 2015).

Marx descreve que devemos evitar, acima de tudo, a re-fixação da sociedade, como uma abstração contra o indivíduo. Tal indivíduo é a "entidade social" (MARX, 1968). Não existe um sentido desdenhoso do termo "social" aqui

e, portanto, nenhuma contradição entre comunidade e sociedade. No que lhe diz respeito, o indivíduo e a sociedade não são duas entidades separadas e independentes, não se levantam um após o outro, mas são ao mesmo tempo como um indivíduo é com outros indivíduos e, portanto, somente dentro da comunidade há meios necessários para desenvolver seu presente em todos os sentidos, dessa forma, a liberdade pessoal é possível dentro da comunidade (MARX; ENGELS, 1958).

A divergência entre a sociedade e o indivíduo não faz sentido para Marx mais que como um trecho do método analítico-dedutivo e, por isso, denuncia engenhosamente os economistas clássicos. Nessa sociedade de livre concorrência, cada indivíduo isola-se de seus laços afetivos, que no seu passado engendraram-se no contexto da suas relações sociais (MARX, 2011). Essa divisão entre o indivíduo e a sociedade se manifesta a partir do momento em que as relações sociais deixam de ser consideradas como o quadro constitutivo da individualidade e são vistas sob uma lógica instrumental. Exclusivamente no século XVIII, as novas relações sociais humanas são tomadas pelos indivíduos como meios e caminhos para se atingir os objetivos e interesses.

Portanto, a comunidade é condição de possibilidade da existência de todos os seus membros e do pleno desenvolvimento de sua subjetividade e de diferenças pessoais. A sociedade, como um sistema de relações intersubjetivas, sempre o foi desde o início da existência humana. O indivíduo sempre nasceu em uma comunidade, porque, mesmo nas condições mais desfavoráveis, ele vem ao mundo graças a outro ser humano, sua mãe, e é por isso, não em virtude de seu nascimento em si mesmo, mas pelo o fato de estar com outra pessoa, com os outros, para o que é feito totalmente humano e social, através do outro. Não há sociedade baseada em indivíduos, existem seres sociais que vivem em comunidade (VASQUEZ, 2015).

O caráter social da existência humana adquire, então, um sentido inconfundivelmente positivo no pensamento de Marx, quem menciona fundamentalmente para a consciência de pertencer a uma comunidade, a necessidade do outro (ser humano) e a manifestação dessa totalidade (a comunidade) na própria subjetividade. Sendo assim, Marx estabelece que atuar

socialmente por atuar como homem, não só a estrutura da atividade é estabelecida como um produto social (MARX, 1968).

O caráter menos centralizado do debate sociológico alemão é ainda mais claro se levamos em consideração outras figuras importantes, como Georg Simmel (1858-1918) e Werner Sombart (1863-1941). As tentativas de reconhecer Max Weber - considerar a bem conhecida hipótese de Raymond Aron - como uma figura capaz de sintetizar uma abordagem apropriadamente sistemática e histórica revelam o interesse de simplificar a complexidade de uma constelação teórica alemã que de outra forma pareceria condenada a um certo ecletismo (ARON, 1964). Isto é ainda mais verdadeiro dentro dos estudos e perspectivas de Ferdinand Tönnies que, juntamente com Simmel, se constituem como figuras da primeira geração da sociologia alemã que foi contemporânea de Émile Durkheim e que, seriam posteriormente reconhecidos como pensadores clássicos da sociologia.

Tönnies publicou sua principal obra, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, em 1887, mas somente a partir de 1912, após a segunda edição do livro (e 3 anos após a fundação da Sociedade Sociológica Alemã que Tönnies conduziu desde sua fundação até 1933), seu trabalho passou a ser amplamente considerado como fundador e seminal da sociologia alemã (MARCUCCI, 2017). Importante destacar que contribuiu significativamente para a estruturação do pensamento da Escola de Sociologia de Chicago, especialmente com seu trabalho sobre comunidade e sociedade.

As obras de Émile Durkheim (1858-1917) começam pela distinção entre comunidade e sociedade, de forma bastante cuidadosa e positiva, como decorrência dos estudos de Auguste Comte (1798-1857). No entanto, sua interpretação parece perder a centralidade da noção de vontade em que, como afirma Ferdinand Tönnies (1855-1936), "consiste em todo o impulso deste tratado" (TÖNNIES, 2001) e isso representa o fundamento teórico de seus estudos sociológicos.

Segundo a teoria de Durkheim, a noção de comunidade de Tönnies é caracterizada pela ausência de distinção entre as partes que a compõem. A comunidade corresponde assim ao comunismo - entendido como um tipo de

socialização fundamental, não como um regime político - em sua versão mais concretizada por causa dessa abolição da individualidade. O consentimento que define a própria noção de comunidade - Durkheim lembra que Tönnies usa a expressão latina (consenso) - procede a todas as formas de contrato e deliberação, e essa coesão encontra sua origem nas relações de sangue. A comunidade tem uma origem natural; é um conceito orgânico. A família é o principal tipo de comunidade, mas existem outros exemplos, como a comunhão do espaço na aldeia, relações sociais do bairro, associações e corporações. Em comunidade, a propriedade é compartilhada e, portanto, o contrato não tem motivos para existir. Assim, uma vez que as relações sociais são baseadas no acordo natural e espontâneo dos indivíduos, de acordo com a leitura de Tönnies de Durkheim, podemos dizer que não há vontade individual em comunidade: a vida do grupo não é um trabalho de vontades individuais, mas é completamente dirigido por hábitos, costumes e tradições de grupo (DURKHEIM, 1975)

Este é o fundamento conceitual da teoria da Comunidade e da Sociedade e, em geral, de todo o pensamento sociológico tonnetiano, o de que as formas sociais da comunidade e da sociedade baseiam-se em dois tipos específicos de vontades: a vontade natural (*wesenwille*) e a vontade arbitrária (*kürwille*) (BOND, 2013)

De acordo com Tönnies, esta observação é que lhe permite responder a *Durkheim* que a principal preocupação, a "evolução" de uma forma de organização coletiva para outra, a passagem histórica da comunidade para a sociedade. Tönnies esclarece que nunca tomou a passagem para a modernidade em termos puramente ontológicos porque caracteriza a comunidade e a sociedade em termos essencialmente reflexivos. Nem a comunidade ou a sociedade podem ser distinguidas como coisas; em vez disso, eles devem ser vistos como "formas de volição" pelo qual podemos definir diferentes tipos de relações sociais (MARCUCCI, 2017).

A passagem para o mundo moderno é então uma transformação do conjunto de tipos de pensamentos (*gesamtdenkungsart*), apoiado pelo aumento da quantidade e da extensão das relações sociais, isto é, pela sua morfologia. No entanto, isso continua sendo uma mudança de formas de vontade e depois

de formas de compreensão e representação. Segundo Tönnies, a passagem para o mundo moderno não é puramente morfológica nem preocupada com uma deliberação coletiva (ou seja, a hipótese contratual). Nessa perspectiva, Tönnies aborda a segunda crítica de Durkheim, segundo a qual o Estado, que tem o monopólio do poder, seria a principal garantia da ordem social, regulando a anomia natural das sociedades individualistas e liberais. No entanto, de acordo com Tönnies, o Estado não é o conceito que permite a existência da sociedade moderna, mas o contrário: é por uma articulação diferente das vontades na sociedade moderna, não por uma representação (intelectual) diferente das relações sociais, que o Estado surge na sociedade moderna (MARCUCCI, 2017).

Segundo Tönnies, mais uma vez, não devemos distinguir entre a natureza social, mas sim entre duas formas diferentes de associação, isto é, entre tipos de consciência e "formas de vontade humana" (MARCUCCI, 2017).

Essas formas de vontade humana são igualmente positivas, no entanto, e sobre este ponto, sublinha-se a sua distância de Durkheim e Tönnies quanto a mudança social pode ser entendida como uma espécie de "emanação" de uma forma essencial: a vontade natural (*wesenwille*):

From the point of view of natural will, every kind of thought [...] is nothing else then an emanation and a specific expression of its general nature. In parallel, society is nothing else then a specific state of community and it can't get entirely rid of it, neither it can just stand on itself. (TÖNNIES, 1929 [1896]: 216)¹

Se, então, Tönnies defende a ideia de que o tipo de consciência (e vontade) define a própria natureza da agregação social (comunidade e sociedade), ele conserva uma dimensão que podemos chamar de metafísica, inspirada pelo pensamento *spinozista* (TÖNNIES, 2016), para a qual a comunidade representa o ser objetivo das formações sociais.

¹ Do ponto de vista da vontade natural, todo tipo de pensamento [...] nada mais é do que uma emanação e uma expressão específica de sua natureza geral. Paralelamente, a sociedade não é mais do que um estado específico de comunidade e não pode se livrar totalmente dela, nem pode se sustentar sozinha. (Tönnies, 1929 [1896]: 216)

Em *Communnity and Society*, o livro revisado por Durkheim em 1889, Tönnies sustenta que uma lei natural não pode ser associada exclusivamente à sociedade, como tem sido afirmado pelos teóricos modernos da lei natural. O argumento de Tönnies soa herético porque contradiz os principais fundamentos do direito natural moderno, isto é, a sua unidade - propondo a existência de dois tipos diferentes de leis naturais: uma lei natural comunitária e uma lei natural societária. O primeiro é baseado em comuns e diz respeito à "interação espontânea de corpos que continuam vivendo juntos" (TÖNNIES, 2001, p.182); Ele pode exercer uma forma natural de constrição em indivíduos. O segundo, em contraste, seria baseado em uma pessoa coletiva "projetada para dar algum fundamento coerente a um tal artificial e para impor ordem sobre o complexo da força, poder e meios" (TÖNNIES, 2001, p.182).

Tönnies (2001) pode assim concluir que "em termos gerais, *Gemeinschaft* é constituído pela união de vontades naturais, enquanto a *Gesellschaft* é constituída pela união de vontades racionais e arbitrarias" (TÖNNIES, 2001, p.86).

Ambas as formas de lei natural são baseadas na vontade, e essas vontades "são vistas como causando e predispondo uma pessoa a agir" (TÖNNIES, 2001, p.96). De acordo com Tönnies, não podemos assumir a oposição entre o individualismo moderno e o naturalismo antigo - afirmado pelas concepções modernas do direito natural - por certo. Tanto a lei natural comunitária como o direito natural societário, tanto a comunidade como a sociedade, são baseados na vontade, e mesmo que essas vontades possam ser distinguidas, ambos expressam a mesma relação entre o todo e as partes (MARCUCCI, 2017).

Comunidade e sociedade, então mesmo expressando a evolução histórica do mundo antigo ao moderno coexistem na modernidade sob a forma de duas expressões diferentes de vontade social. A co-presença dessas duas formas sociais pode ser devidamente compreendida pela sociologia e mais particularmente por uma sociologia teoricamente fundamentada em formas de vontade social (TÖNNIES, 2001). A causalidade geral e viva da natureza se expressa em diferentes formas de intencionalidade: uma baseada no ser natural

e habitualmente reproduzida pela cooperação espontânea incorporada em formas de associação comunitária baseadas em propriedade compartilhada e outra fundamentada na pessoa artificial do Estado, expressa pela vontade arbitrária de cada indivíduo, fundamentada em propriedade privada e garantida por contratos.

A comunidade, de acordo com Tönnies, trata de hábitos e costumes. Quando falamos de hábitos, geralmente tomamos em consideração o fato de que os hábitos são fatos em nossas vidas - como ter os hábitos de se levantar cedo pela manhã - ou que eles têm um conteúdo normativo - isto é, são preceitos que têm um procedimento prescritivo efeito sobre a nossa ação. Mas, lembra Tönnies (1961), o significado mais notável dos hábitos é o de expressar uma forma particular de vontade, isto é, "uma disposição psíquica que se põe em movimento e permeia uma determinada ação [...] Será que terá raízes" desejando"(TÖNNIES, 1961, p.30). Esta caracterização triplicada é o que torna o hábito em costume, o que, por sua vez, dá ao hábito um significado social apropriado.

Por esta razão, localiza-se uma relação diferente com a obrigação, uma obrigação diferente da lei natural da sociedade não se baseia em direitos subjetivos e propriedade privada, mas sim em assistência mútua e cooperação:

It [communitarian natural law] would not distinguish and separate subjective rights from obligations in such a way as is required in associational relationships, where the law of contract contrasts the subjective or claim of one party with the duty or obligation of the other. On the contrary, the right would directly imply the obligation: the right of dominion (Herrschaft) would involve the legal obligation to use it for the legal claim to protection and assistance [...] Everybody would be placed in his proper station, with rights and duties connected with it; every man would have a

natural right not only of existence but of participation, with corresponding obligations. (TÖNNIES, 1971, p. 207)²

Porque possibilita compreender de forma diferente as "esferas" da vontade social contida na comunidade e na sociedade, a sociologia abre uma nova compreensão da lei natural. Essas esferas são caracterizadas sociologicamente por uma série de oposições, como as que se opõem a si mesmo e a pessoa, bens e riqueza, terra e dinheiro, direito da família e lei dos contratos.

A sociologia, então, tem a habilidade imprescindível de reconstruir a unidade da comunidade e a lei natural da sociedade que se perdeu durante a transição para a modernidade por causa da perspectiva individualista da lei natural:

If the theory that I'm putting forward is going to retain the concept of natural law in its twofold sense, it must include the proposition that law can be understood as a collective expression of both natural will and rational will. (TÖNNIES, 2001, p. 222)³

Por esta razão, a sociologia, podendo rearticular diferentes formas de vontade social comum tipo específico de normatividade, pode ser considerada como uma ciência de obrigação capaz de superar, como (TÖNNIES, 1971) sublinha na introdução da obra *Comunidade e da Sociedade*, bem como em outros ensaios, tanto o voluntarismo do individualismo moderno quanto as

³ A lei natural comunitária não distingue e separa os direitos subjetivos das obrigações de maneira que é requerida nas relações associativas, onde a lei do contrato contrasta o subjetivo ou a reivindicação de uma parte com o dever ou obrigação da outra. Pelo contrário, o direito implicaria diretamente a obrigação: o direito de domínio (Herrschaft) envolveria a obrigação legal de usá-lo para a reivindicação legal de proteção e assistência [...] Todo mundo seria colocado em seu devido lugar, com direitos e deveres relacionados com ele; todo homem teria um direito natural não apenas de existência, mas de participação, com obrigações correspondentes. (TÖNNIES, 1971, p. 207)

³ Se a teoria que estou apresentando vai manter o conceito de lei natural em seu duplo sentido, deve incluir a proposição de que a lei pode ser entendida como uma expressão coletiva da vontade natural e da vontade racional. (TÖNNIES, 2001, p. 222)

concepções orgânicas de participação, renovando nossa concepção de autoridade:

This is the most important case for sociological consideration: that human beings give themselves commands which they themselves obey – in commanding they perform a social action, in obeying they act as individuals. (TÖNNIES, 1971: 95)⁴

A sociologia também é capaz de sintetizar a lei natural esclarecida e a histórica escola de direito. Se, desde o final da revolução francesa, a iluminação tem estado em crise, que é particularmente evidente na Escola Histórica Alemã desde Hugo e Savigny, a sociologia promete a renovação de sua principal ambição, a de escapar das instalações individualistas de direito natural (BICKEL, 1991).

A sociologia de Tönnies não pode ser considerada nostalgia de uma pré-moderna forma comunitária de organização da vida social, como ele esclarece mesmo nos últimos prefácios da *Comunidade e da Sociedade*, como tal, a nostalgia é um dos seus objetivos polêmicos de sua crítica ao romântico e anti-modernismo da escola histórica. A sociologia, em vez disso, deve ser considerada uma ciência que pode direcionar a abstração da lei natural sem entrar em oposição reacionária à ambição moderna de uma sociedade racionalmente auto-governada. O objetivo ético da sociologia corresponde à possibilidade de superar a lei natural e resgatar uma concepção de justiça imanente à própria sociedade moderna; sua ambição crítica corresponde à abertura de formas emergentes de participação (MARCUCCI, 2017).

Se a comunidade e a sociedade podem ser opostas, a tarefa da sociologia é pensar além da aparente oposição entre essas duas formas e tentar deixar essas formas viver dentro e lado a lado (MARCUCCI, 2017).

The State is the same thing as Society, or at least [...] it embodies the social rationality implied in the idea of Society as a single all-embracing rational 'subject'. This is Society as an intrinsic unity,

⁴ Esse é o caso mais importante para a consideração sociológica: que os seres humanos se atribuam ordens que eles mesmos obedecem - ao ordenar que realizem uma ação social, ao obedecerem, eles agem como indivíduos. (TÖNNIES, 1971: 95)

not as a specific person distinct from and side by side with other persons, but as the absolute person from which all other persons derive their whole existence. (TÖNNIES, 2001, p. 237)⁵

Assim como a sociologia permite compreender o duplo caráter natural lei, também permite compreender o "caráter híbrido e dualista" do Estado (TÖNNIES, 2001: 236). Esse caráter dualista pode ser caracterizado por ser, por um lado, a relação convencional entre os cidadãos e a pessoa artificial do soberano que defende sua liberdade pelo seu poder e, por outro lado, pela sociedade em si, conforme citação acima.

2.1.1 Comunidade

Inúmeras partes do mundo são indicadas como referência antropológica e arqueológica do desenvolvimento da sociedade, algumas remontam a mais de 3.500 a.C. tanto quanto a formação de tribos, percorrendo a mais de 10.000 anos no qual se tratando de povos nômades que circulavam determinadas regiões (HALL; YKENBERRY, 1990; MORAES, 2005). No continente americano, os povos Inca, Asteca e Maia são consideravelmente importantes nessas referências temporais das civilizações, como descreve Favre (2004):

Há mais de 14 mil anos, pequenos grupos nômades percorriam a costa central do Peru, em busca de frutas, raízes e caça [...]. Após o recuo das grandes geleiras andinas e consequente desertificação litoral, esses caçadores e coletores fixaram-se na embocadura dos rios que desciam do flanco ocidental da cordilheira. O esgotamento dos recursos vegetais e animais do meio natural, atingido pela aridez, levou-os a explorar os produtos oceânicos e a dedicar às primeiras experiências agrícolas. Por volta de 3.500 a.C., nas primeiras aldeias de

⁵ O Estado é a mesma coisa que a sociedade, ou pelo menos [...] ela incorpora a racionalidade social implicada na ideia da sociedade como um único "sujeito" racional abrangente. Esta é a sociedade como uma unidade intrínseca, não como uma pessoa específica distinta e ao lado de outras pessoas, mas como a pessoa absoluta da qual todas as outras pessoas derivam toda a sua existência. (TÖNNIES, 2001, p. 237)

pescadores, como Chilcas e Paracas especialmente, plantavam abóbora, vagem e algodão. (FAVRE, 2004, p.67)

Na mesma situação de que as vidas nas tribos foram se transformando de forma crescentemente complexa, entre os rios Eufrates e Tigre, na região do golfo Pérsico, entre 3250 e 2800 a.C., os povos sumérios seriam os primeiros a terem praticado a organização tribal mais complexa, com vida social disciplinada até mesmo sobre a divisão do trabalho e o significado de um líder (MORAES, 2005, p.45; HALL; YKEMBERRY, 1990, p.42-43).

Em consequência do desenvolvimento de sua vida social (que se estabelecia mais complexa) e também do seu conhecimento (uma vez mais racional e estruturado), buscando informações sobre sua vida e natureza, o homem assumiu posicionamentos de averiguação, de conflito, de alianças e especialmente os estratégicos. Neste contexto, Ferdinand Tönnies (BRANCALEONE, 2008; TÖNNIES, 1947) institui que o coletivo humano mais primitivo era descrito pela existência de relações sociais acordadas em vontades naturais e de forte relação afetiva, significando as comunidades (onde, de acordo com sua definição, não há interferência de contratos sociais ou de plataformas tecnológicas entre os indivíduos, sendo formadas por uma quantia limitada de participantes, uma vez que conhecem os limites de seu espaço, de seu território.

Ainda no ponto de vista de Tönnies (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008), é significativo destacar as desigualdades angulares entre comunidade e sociedade, uma vez que na primeira, reinam costumes e hábitos, já na segunda, o contrato, a política e a opinião pública; na comunidade são os interesses gerais que orientam a ação do grupamento, enquanto na sociedade são norteadores os interesses relacionados às ações de membros individuais.

No contexto de comunidades tradicionais, Brandão (2010) continua a explicar que as comunidades são grupamentos onde os indivíduos ocupam territórios, restringindo o uso de recursos naturais, contribuindo que se convive com outros grupos tribais, sustentando-se à margem da sociedade moderna de valores artificiais e na sua melhor expressão: as cidades (BRANDÃO, 2010, p.347).

De acordo com Moraes (2005); Hall; Ykemberly (1990); Favre (2004), que conciliam as perspectivas sociológicas de Tönnies (BRANCALEONE, 2008) é importante ressaltar a centralidade de segmentos religiosos na vivência em comunidade. Assim como os povos sumérios e aqueles primitivos da América idolatravam deuses ligados à natureza e a afetividade, outras comunidades tradicionais envolvem aspectos divinos aos elementos da natureza, expandindo seu relacionamento com o espaço territorial, especialmente com a natureza como divina e de grande responsabilidade.

2.1.2 Sociedade

A natureza absoluta do Estado, qualificada pela compreensão sociológica do que é sociedade, não coincide com seu poder absoluto, mas com o poder absoluto da sociedade, devidamente entendido através da noção de comunidade e da relação diferente com as noções de socialização, trabalho e propriedade nela contidas.

De acordo com Tönnies (1957), a sociologia não se oporia apenas analiticamente a essas duas faces do Estado moderno, mas compreenderia o movimento dentro delas, entendendo as transformações que as novas expectativas sociais da classe trabalhadora provocaram. O papel ético e político da sociologia, depois de ter requalificado a noção de obrigação moderna, mostrando duas expressões diferentes de vontade social, seria então usá-las para entender a noção de Estado além da caracterização dada pelas teorias da lei natural via a oposição dos direitos e soberania subjetivos.

Repensando essa oposição em termos de oposição entre o que Tönnies (1957) chama de "soberania do Estado" e "soberania da sociedade", a sociologia mostra que o segundo significado da soberania corresponde à constituição democrática e reflexiva das sociedades modernas, exemplificado pelo poder da opinião pública e pela mudança das expectativas de justiça social que ignoram totalmente a concepção negativa da liberdade e da propriedade incorporada nas modernas sociedades contratuais:

This relation [between public power and property, NdA], and the relation dependent upon it, may substantially change in the course of the time. An organic commonwealth may spring into existence which, though not sanctioned by any religious idea, and not claiming any supernatural dignity, still, as a product of human reason and conscious will, may be considered to be real in higher sense than those products, as long as they are conceived as mere instruments serving the interests and objects of private individuals. (TÖNNIES, 1971, p. 127)⁶

Assim, observa-se que as comunidades, se desdobraram – ao longo da evolução humana – em grupos sociais mais complexos e norteados por elementos contratuais, base das sociedades. Contudo, as comunidades permanecem existindo, seja paralelamente à sociedade e seus valores, seja constituída dentro destas, como redutos religiosos, culturais e locais, ligados pela afetividade, pela consanguinidade ou pela habitação em mesmo território.

2.1.3 Sociabilidade

Segundo o sociólogo Simmel (1983), existem três características principais para o significado de sociabilidade, no campo sociologia das proporções, no relacionamento entre as pessoas e a violência cultural, o autor descreve que os relacionamentos sociais se organizam espelhando os territórios definidos pela atividade humana na formação do coletivo. O sociólogo explana a noção de sociedade, abstendo-se como uma totalidade, porém contemplando-a como um processo, através de algo em desenvolvimento.

A sociedade está em destaque através da estruturação de uma complexa socialização onde cada indivíduo compreende os acontecimentos históricos pelas ações da sociabilidade, pelas colaborações individuais e através

⁶ Essa relação [entre poder público e propriedade, NdA], e a relação que depende dela, pode mudar substancialmente ao longo do tempo. Pode surgir uma comunidade orgânica que, apesar de não ser sancionada por qualquer ideia religiosa, e não reivindicar qualquer dignidade sobrenatural, ainda assim, como um produto da razão humana e da vontade consciente, pode ser considerada real em um sentido mais elevado do que esses produtos, desde que sejam concebidos como meros instrumentos que servem aos interesses e objetos de indivíduos privados. (TÖNNIES, 1971, p. 127)

das energias sociais nas sociedades que estão no controle dos indivíduos (SIMMEL, 1986).

Então a sociabilidade abordada anteriormente, não pode ser analisada apenas como um relacionamento, ou seja, integrações informais e racionais têm que haver naturalidade nos relacionamentos sociais, procedimentos comunicativos e dinâmicos (SIMMEL, 1971).

Tönnies (1957), a partir de sua obra de 1887, traz com propriedade a sociabilidade abordada como sendo o conjunto das relações sociais humanas. Segundo o sociólogo alemão, de acordo com as vontades, naturais ou arbitrárias, se estrutura a sociabilidade entre as pessoas, sendo estas pautadas sobre a afetividade ou a racionalidade.

A sociabilidade, ainda segundo Tönnies (1957), pode ser descrita como comunitária ou societária, respectivamente oriundas das relações sociais humanas naturais (ou afetivas) e arbitrárias (racionais ou artificiais). Para Tönnies, a sociabilidade ou relações sociais comunitárias (*gemeinschaft*) pode ser entendida como a vida em conjunto, vivida por um grupo que possui relações de afetividade.

As relações sociais societárias (*gesellschaft*) se estabelecem como uma sociabilidade voltada para os interesses e demandas do exterior, pautada sempre por interações alicerçadas em documentos, procedimentos legais e bases contratuais acordadas.

Assim, Tönnies (1957) apresenta a construção de sua teoria da sociedade e comunidade a partir da máxima “se na comunidade os homens permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade permaneceriam separados não obstante todas as uniões” (TÖNNIES, 1947, p.65).

A história da sociedade brasileira poderia ser narrada de diferentes modos e sob diferentes enfoques, mas sempre traria as relações sociais como centralidade, tendo as articulações crivadas de interesses mercantis e a defesa de interesses comunitários como perspectivas divergentes. No capítulo seguinte será descrita a história do povo brasileiro, segundo o antropólogo Darcy Ribeiro.

2.2 Formação do povo brasileiro segundo Darcy Ribeiro

No livro “*O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*” (RIBEIRO, 2015) o antropólogo Darcy Ribeiro descreve com profundidade e riqueza de detalhes o processo de formação do brasileiro, sua etnia, seu jeito de ser e método de trabalho, ressaltando-se o sistema latifundiário, onde surgiu e cresceu o povo brasileiro com suas naturais transformações ao longo dos anos (RIBEIRO, 2015).

Destaca Ribeiro (2015) que quando os portugueses aqui chegaram, encontraram os índios “tupi”, esses guerreiros que se espalhavam por vastas regiões, inclusive a costa atlântica da região amazônica e nas margens dos rios Paraguai, Guaporé e Tapajós. Destaca que teriam os europeus colonizadores trazido doenças em meio ao processo de disputa por suas terras, matas e riquezas naturais, surgindo assim grandes conflitos entre portugueses e as tribos indígenas.

No plano étnico cultural, o povo brasileiro nasce com a união dos costumes e da língua que os índios usavam, os negros trazidos da África e os europeus que aqui chegavam (RIBEIRO, 2015). Os índios viviam da caça, pesca e da agricultura, eram inocentes quanto às tramas e aos interesses mercantis e suas ambições não estavam atreladas ao acúmulo de riquezas naturais disponibilizadas pelas florestas, em específico a floresta amazônica (RIBEIRO, 2015).

Na formação do povo brasileiro cunhou-se a expressão “cunhadismo”, uso indígena de agregar estranhos à sua comunidade, sendo que isso acontecia quando os índios davam a outros, uma moça índia como esposa. Cada europeu podia fazer muitos casamentos usando o *cunhadismo*, aumentando o recrutamento de mais mão de obra para trabalhos pesados como cortar grandes toras de madeira e transportar e carregar os navios. Por fim, depois do *cunhadismo* passou-se à captura da mão de obra de escrava (RIBEIRO, 2015).

Segundo Ribeiro (2015), durante o *cunhadismo*, surgiu a camada de gente mestiça ocupando o território brasileiro, os náufragos e degredados se acostumavam a esses costumes indígenas formando várias moradias nesses

núcleos indígenas. Os portugueses, para conservar seus interesses na nova terra, quando se sentiam ameaçados pelo *cunhadismo*, implementavam o regime dos donatários, estes pertenciam a grandes senhores com fortunas próprias para colonizar e povoar toda imensidão do território brasileiro.

Alguns donatários deram certo, outros não, a vila que mais se prosperou foi a Capitania de São Vicente com primeiro governador Martim Afonso de Souza que, inclusive trouxe as primeiras mudas de cana de açúcar para o Brasil, vindas da ilha da Madeira e Açores em 1.532, local onde foi construído o primeiro engenho de açúcar (RIBEIRO, 2015).

Esse sistema foi definindo, principalmente pela hostilidade dos índios vindo a ser criado pela Coroa Portuguesa, um governo geral para o Brasil representado por Tomé de Souza. Com este governo chegaram novos colonos, os primeiros jesuítas, soldados, artesãos e militares que se fixaram na Bahia. Neste período houve uma revolução econômica passando da simples roça para a fazenda de canaviais açucareiros. O povo passava para quem lavrava e usava a terra para produzir mercadoria (RIBEIRO, 2015).

Segundo Ribeiro (2015), os negros quando aqui chegaram, vindos da costa ocidental africana contribuíram com sua mão de obra na cultura da cana de açúcar e com a introdução racial e suas cores fortes e vibrantes. Aprenderam a plantar e cozinhar os alimentos de nossas terras, falavam uma língua não conhecida aos habitantes daqui, chamando as coisas e os espíritos pelos nomes “tupis” incorporados ao português.

De fato, o Brasil que se constrói com tese num projeto colonial, a monocultura da cana de açúcar e o escravismo dos negros africanos resultando numa sociedade totalmente nova (RIBEIRO, 2015).

Houveram vários conflitos em territórios brasileiros como: étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais etc. As tensões inter-raciais (branco x caboclo) ou classistas (senhores x serviçais) eram em grande número, os quilombolas queriam criar uma nova forma de vida social, ao contrário daqueles que fugiram ocupando novos territórios (RIBEIRO, 2015).

A formação do povo brasileiro aconteceu também por vários conflitos de seus índios, negros e brancos, muitas vezes cruéis e sangrentos. Essa situação só iria mudar com a entrada mais maciça do europeu na implantação de projetos de colonização e expansão agrícola.

Outro tipo de conflito entre brasileiros, no trato da evolução ou das transformações que culminaram à formação do povo, era da ordem classista, um exemplo disso foi “Canudos”, sertanejos enfrentavam a ordem social vigente, enfrentavam uma sociedade fundada na propriedade territorial e no poderio do dono sobre quem viesse em suas terras (RIBEIRO, 2015).

Ribeiro (2015) descreve que no plano econômico, o Brasil se desenvolveu através de quatro ações que ele chama de “empresariais” (de organizações), o movimento econômico escravista (empresa escravista), dedicava-se a produção do açúcar e de ouro, enquanto o lado mais social e comunitário era o jesuíta (empresa comunitária jesuíta), mão de obra indígena e por último as microempresas, produção de gêneros e criação de gado.

No contexto urbano o Brasil evoluiu e sua história se atualiza como uma civilização urbana. A primeira cidade é Salvador/BA, depois no primeiro século Rio de Janeiro/RJ e João Pessoa/PB, no segundo século São Luís/MA, Cabo Frio/RJ, Belém/PA e Olinda/PE, no terceiro século São Paulo/SP, Mariana/MG e Oeiras/PI e a partir do século seguinte foram nascendo cidades por todo território brasileiro (RIBEIRO, 2015).

A urbanização e a industrialização evoluíram e cresceram juntas, a industrialização ofereceu empregos urbanos à população rural e o trabalho nos campos foram se declinando. As cidades brasileiras não estavam com condições adequadas para o recebimento de grande número de mão de obra e em consequência a população rural se tornara miserável, havendo uma enorme pressão na competição por vagas de empregos, favelas nos morros, empregos nas cidades vivendo uma vida regular social entre morar e trabalhar. Outra criatividade da população das favelas é aproveitar a crise das drogas como fontes locais de emprego (RIBEIRO, 2015).

Em relação à classe e raça do povo brasileiro, Ribeiro (2015) destaca que a distância é grande entre pobres e ricos, com isso se aumentava a discriminação sobre os negros, mulatos e índios. Os africanos submetidos aos processos de escravidão lutavam ao risco de morte por sua liberdade, em muitos casos formando-se quilombos.

Segundo Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 2015), uma vasta documentação histórica nos mostra, que, poucas décadas após a invasão portuguesa ao território da América do Sul, já se formava no Brasil uma “protocélula” étnica brasileira diferenciada da portuguesa, assim como das indígenas. Esses núcleos nos sertões e nos afluentes dos grandes rios iriam modelar a vida social e cultural dos brasileiros. É de se admirar que esses núcleos tão iguais e tão diferentes se tenham mantidos juntos em uma só nação, assim diferente do que ocorreu na América Hispânica, onde esses núcleos se tornaram independentes.

Para sorte dos brasileiros dada a qualidade de suas terras, a cana de açúcar foi o grande alavancador mercantil, sendo o engenho açucareiro a primeira forma da grande empresa agroindustrial exportadora, elementos que introduziram a matriz e o modo de ser dos brasileiros, sua produção foi tão intensa que com a multiplicação dos engenhos e do seu mercado, valeria mais que a produção exportável de qualquer país europeu (RIBEIRO, 2015).

Importante por fim destacar que existia um grande projeto de colonização ao qual Ribeiro (2015) chama de construção da sociedade nacional numa perspectiva de formação, assentamento e pacificação de mão de obra comum para as diversas frentes possíveis (produção e gado, lavouras, engenhos) a partir de indígenas americanos, negros africanos e brancos europeus.

2.3 Povos Originários e Comunidades tradicionais

A humanidade por sua característica comunicativa e social é (por ampliação ou por suposição) cultural, neste contexto não é possível fantasiar ou projetar nenhum homem tanto primitivo como os mais cosmopolitas, como ser

com exclusão de cultura. Conforme Rabuske (2001), a cultura oportuniza ao indivíduo o seu encontro e compreensão do mundo e do meio natural em que vive, explicando-se a si mesmo e ao universo, no nível das personificações e de sinais dos conhecimentos adquiridos. Assim, demonstra que é perante cultura, que o ser humano observa finalidade e sentido às existências (RABUSKE, 2001).

Segundo Azevedo (1996) a cultura é organizada por argumentos explícitos e implícitos, os explícitos são: a comunicação, os costumes, os objetos, as gesticulações, a maneira de ocupar-se e mesmo de descansar, dentre outros. Já os elementos implícitos da cultura são: os princípios morais, os valores, as inquietações, a visão de mundo, o conhecimento ético da vida, entre outras coisas.

Harmonizando com a visão antropológica de Edward Burnett Tylor (LARAIA, 2006), que a designação de identificação social de um coletivo para com outro, é que se determina a cultura como uma organização abstrata complexa que integra o saber, as tradições, a arte, a moralidade, os regulamentos, as crenças e todas as outras práticas habituais e capacidades conquistadas pelo homem como indivíduo da sociedade.

Trazendo aqui os estudos de Vieira (2014) assume-se também a perspectiva de que a cultura é um ambiente imaterial difuso onde o indivíduo nasce nela inserido e da qual não se liberta. Neste sentido destaca:

A cultura é parte constitutiva da identidade de todos os indivíduos que nela se inserem, e, sujeita a fatores ambientais e acidentais, é constitutivamente mutável em sua forma e conteúdo, não existindo cultura estática e permanente, pois esta está sempre em formação e reconstrução. (VIEIRA, 2014, p.10)

Nessa seara sobre as relações humano individuais e sociais estabelecidas em comunidades, juntamente com as tradições e a imposição de serem diferenciados os questionamentos e as análises para o seu progresso levaram o Brasil à elaboração de legislação específica sobre a sustentabilidade de comunidades e povos tradicionais (Decreto Federal nº6040, de 07/02/2007).

2.3.1 Decreto 6040 e Comunidades Tradicionais

A partir do Decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007, regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, determinando:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, Decreto 6040, art.3, §1).

O mencionado Decreto Federal conduz a angularidade de que os fundamentos de uniformidade racial e étnica, constituídos pela Constituição Federal de 1988, percorreriam a ser mais bem especificados à realidade sócio cultural dos indivíduos dos povos e comunidades tradicionais. Outra combinação do decreto é de buscar deixar evidente o debate em relação a definição de território, porém a redação não contribui:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (Brasil, 2007, Decreto 6040, art.3, §2).

Entretanto na política pública de instrumentalização e na legislação, o debate do tema comunidades e povos tradicionais, adiantara muito nas últimas décadas no Brasil, porém abandonam algumas lacunas, como a conformidade da importância comunidades e povos tradicionais e os processos para que as comunidades sejam consideradas (legalmente) tradicionais.

De acordo com Vieira (2014), ao relacionar o desafio do resgate da identificação e pertencimento das comunidades tradicionais no Brasil, o autor evidencia a grande diversidade existente no território brasileiro, a partir da base

de dados do Ministério do Meio Ambiente (no ano da sua obra, pois houveram mudanças no contexto de participação e representação dos povos originários e comunidades tradicionais nos anos subsequentes) e mais tarde trazendo um dos principais pesquisadores no assunto, lista uma série de comunidades tradicionais brasileiras, classificando-as:

Apenas para se ter uma ideia da dimensão e dos números das comunidades tradicionais citam-se aquelas inventariadas e que são integrantes do Centro Nacional de Populações Tradicionais – CNPT do Instituto Nacional de Recursos Naturais e Renováveis – IBAMA até o presente momento: os ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, agroextrativistas da Amazônia, povos dos faxinais dos fundos de pasto, geraizeiros, pantaneiros, retireiros e comunidades de terreiros. [...] Além destas, Diegues e Arruda citam como populações tradicionais não indígenas, os açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiheiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros, e varjeiros. (VIEIRA, 2014, p.34)

Certificando-se então a denominação, a definição, dos povos indígenas como povos originários e os demais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, quebradeiras de coco de babaçu e geraizeiros, dentre outros) como comunidades tradicionais brasileiras.

No capítulo seguinte será abordada a ocupação do homem no espaço geográfico, ocupando os territórios brasileiros relacionando as relações de poder, identidades e territorialidade.

2.3.2 Territorialidade

Na geografia e mais especialmente na Geopolítica, as abrangências de conhecimentos tratando de comunidades e também sobre prosperidade levam ao conhecimento crescente do prisma geográfico, desenvolvendo grupo social que o convive e o desenvolve. Assim, é de entendimento deixar o espaço como exclusivamente físico, mas também de forma total, onde se enfrentam protagonistas com preferências diversificadas e que visam a territorialidade, Dallabrida (2016) traz a seguinte contribuição:

Generalizando, é possível afirmar que predominam duas concepções sobre território. A primeira é mais tradicional, concebendo território como espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania. A segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifesta a expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais. (DALLABRIDA, 2016, p.19).

Os territórios pela sua descrição são definidos pelos acontecimentos que se organizam. Na inexistência de recursos para locomoção e comunicação entre os membros que compõem as comunidades tradicionais, não conseguem proporcionar a subsistência de seus familiares e de seus parentes que se disponibilizam a identificá-las como liderança. Nesse ínterim, em relação as dificuldades de preservação, os líderes e seus povos ficam explícitos aos conflitos e violências que aparecem nos procedimentos de disputas de terras no Brasil. Assim, destaca que os povos tradicionais no geral, mais indígenas e quilombolas em específico, até o momento reivindicam pelas demarcações territoriais ou dominam seus territórios extremamente reduzidos (PEREIRA, 2010).

As comunidades tradicionais vêm no decorrer de sua história, compartilhando com a natureza em que está localizada de forma a se organizar e se ressaltar, de acordo com as adjacências onde está ambientada, denominamos de territórios. Abramovay (2000, pg. 21) descreve que:

Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia sua reprodução, o que se abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais do conhecimento desta relação. (ABRAMOVAY, 2000, p.21)

Segundo Haesbaert (1997), território não apenas se explica, mas se entende a luz dos procedimentos socioespaciais e históricos. Sendo assim o conceito fica evidente à diferentes princípios autorais e proporções constitutivas. A primeira é a que distingue a formalização materialista do território, determinada

com teorias naturalistas (ou etiológicas), jurídico-políticas e econômicas; a segunda é a definição idealista que corresponde procedimentos de apropriação representativa do espaço como fenômeno territorial produtor de identidade e, por fim a terceira, que caracteriza a integração reunindo todas as dimensões e que concede o território por ligações de poder, multiescalar, híbrido em rede e inseparável da prática dos grupos sociais.

Dessa maneira, a territorialidade pode ser entendida como concepção teórica para território ou conter um significado efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) e, também dessa forma, no ponto de vista espaço vivido. Como também pode ser compreendida como um ponto de vista mais amplo que território, tanto domínio dos territórios quanto disposição para efetivação; territorialidade como semelhante de território (qualidade específico) ou, por fim, territorialidade com significado distinto de território, observado em duas perspectivas: no contexto da imaterialidade (quando se fala de território como algo existente) e o controle do existido e não institucionalizado; e territorialidade como uma das proporções de território, no qual corresponde à identidade territorial. (HAESBAERT, 2014).

De acordo com Santos (2000), é capaz que exista territorialidade sem território ou, território sem territorialidade, se a relação à territorialidade for de uma situação genérica relacionada ao território ou como proporção simbólica, seria possível, uma vez que proporção material-concreta não pode se ausentar ao território. Enquanto um território sem territorialidade é empírico e teoricamente impossível já que remove de si seu caráter de sociabilidade do poder via superioridade e convivência material e imaterial, restando apenas aquilo que o autor denomina de configuração territorial, a contextura de objetos naturais e técnicos espaciais.

Haesbaert (1997), o território como benefício agenciado se apresenta por um procedimento de territorialização que se comprova com um campo de interioridade, também com um conjunto semiótico de signos, seguimentos discursivos e coletivos de formulação, à medida que a desterritorialização seria uma linha de abandono, forças e funções desmistificadas, sem expressão distintiva.

Dessa forma, o entendimento de desterritorialização em Haesbaert (2004) esclarece em primeiro plano, como decréscimo ou enfraquecimento das fronteiras, com crescimento da fluidez e mobilidade dos indivíduos, bens, capitais e informações. No entanto é comum associação da desterritorialização com o migrante, podendo ser uma desterritorialização relativa pois a migração do indivíduo é controlada e direcionada. Assim a desterritorialização também colabora o sentido de des-vinculação e reterritorialização relacionado à presença ou falta de “base física pouca estável para sobrevivência da comunidade, acesso a direitos essenciais de cidadania no território brasileiro, identidade sociocultural com referenciais simbólicos e espaços específicos. (HAESBAERT, 2004).

2.3.3 Comunidades Tradicionais de Geraizeiros

As comunidades tradicionais de geraizeiros são exclusivamente interligadas à formação geológica dos gerais (região de cerrado do norte mineiro e sul baiano), onde encontra-se os vales, planaltos e escarpas das regiões. Os geraizeiros configuram uma tradição exclusiva de crenças e mitos muito ligados a natureza, além de terem suas próprias linguagens e representações. Os geraizeiros cultivam diversas variedades e espécies agrícolas, utilizando seus conhecimentos adquiridos pelos seus antepassados (DAYRELL, 1998).

A região do norte mineiro é formada pela vegetação do cerrado, que tem como principal característica a formação dos gerais e das veredas, ambientes fundamentais para desenvolvimento das comunidades, pois auxiliam na sustentabilidade da região (OLIVEIRA, 2017).

A região chamada de Serra Geral, localizada no norte mineiro e sul baiano, também conhecida como Serra do Espinhaço, possui um relevo montanhoso formado por chapadas e veredas que divide as águas das bacias hidrográficas do São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, favorecendo a vida das comunidades que vivem ao seu redor, pela fartura de recursos naturais e facilidade de sua exploração, onde então vive os geraizeiros (D'ANGELIS FILHO; DAYRELL, 2003).

Em seus estudos, Magalhães e Amorim (2015) afirmam que as comunidades não devem ser relacionadas apenas à formação geográfica em que vivem, como por exemplo, que os geraizeiros surgiram do cerrado. Há sim uma forte relação da comunidade com a vegetação em que vivem, mas o que determina os geraizeiros é sua sociabilidade entre os indivíduos.

A formação desse povo está inteiramente ligada às suas tradições, crenças e fé religiosa, relacionadas ao meio ambiente havendo uma sociabilidade única de convivência. A utilização dos recursos naturais e do espaço físico sempre foi realizada de forma comunitária, mas eram preservados os espaços físicos mais familiares, como a casa e o quintal (NOGUEIRA, 2009).

Nogueira (2009) ressalta que a utilização dos recursos naturais feita pelas famílias deveria ser de maneira sustentável, ou seja, conforme sua utilização e extração as mesmas precisariam ser repostas, pois esses recursos oriundos da obra divina são para todos os homens. As famílias cultivavam para sua subsistência no seu espaço particular (mais próximos à casa), enquanto nos espaços coletivos, mais afastados, os recursos disponíveis eram utilizados por toda a comunidade. Esse respeito à terra, foi auxiliado pela religiosidade que esse povo mantinha em suas tradições com romarias, danças, rituais coletivos, rezas e crenças em santos padroeiros, o que fortalecia o comprometimento do homem com o meio ambiente.

Devido ao avanço da produção de madeira e da exploração de minérios no norte de Minas Gerais, as comunidades geraizeiras foram afetadas pelas iniciativas privadas, deixando de usufruir dos recursos naturais que lhe eram disponíveis e viram-se obrigadas a consumir produtos industrializados e comercializados nos centros urbanos, além dos seus traços culturais e tradições que foram alterados (NOGUEIRA, 2009).

Conforme Borges et al. (2018) foi relatada a presença de comunidades de geraizeiros nas regiões da Bahia, Goiás e Tocantins, que migraram após sentirem-se oprimidas pelos avanços industriais no norte mineiro.

No próximo capítulo será abordado o tema agroecologia, trazendo uma revisão bibliográfica sistemática (RBS). A agroecologia é o sistema de produção da comunidade tradicionais de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO), onde as famílias colocam em prática, tradições que trouxeram de seus antepassados e somam com conhecimentos adquiridos na atualidade através de cursos e visitas a campo de outras famílias.

2.4 Agroecologia

Segundo estudos apresentados por Carneiro et al. (2015), um terço dos alimentos analisados pela Anvisa em 2011 apresentavam níveis de contaminação acima dos aceitáveis, o aumento da utilização de agrotóxicos não ocorreu apenas em função da expansão das áreas de lavouras, houve também um aumento na quantidade média aplicada por hectare, que passou de 10,5 litros em 2002 para 12 litros em 2011, tornando o Brasil o maior mercado de agrotóxico do mundo.

Surge então a agroecologia, uma necessidade do desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável, os primeiros estudos nessa área surgiram no século XX, mas somente a partir de 1980 que sua metodologia passou a ser mais difundida. (MOREIRA e CARMO, 2004).

A agroecologia colabora para defrontarmos a crise socioambiental da atualidade, crise que, para vários ambientalistas está relacionada a crise do processo civilizatório. Diante a respectiva crise, as questões ambientais consideraram um status que ultrapassa o nível de desentendimento contra a extinção de diversas espécies ou em benefício da preservação do meio ambiente (BOFF, 1995).

De acordo com Carvalho et al., (2008), a agroecologia é uma porção da agricultura que apresenta diversos tópicos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos nas decorrências e nos interesses nos manejos agrícolas relacionados à produção de alimentos e na sociedade de forma única, objetivando uma produção de alimento mais natural e mais saudável utilizando os recursos naturais de modo racional.

Dessa maneira, a agroecologia não aborda simplesmente a exploração sustentável do meio ambiente, aborda também um meio do conhecimento científico com uma abordagem sistêmica, contribui para que a sociedade redirecione o que foi transformado e alterado pela evolução social e ecológica. Para o entendimento da agroecologia devem-se levar em consideração dois princípios: o da responsabilidade social e o da ética ambiental (CAPORAL *et al*, 2006).

Nesta etapa do trabalho foi construída uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) do tema agroecologia, levando em consideração a busca por artigos publicados nas bases científicas *Scopus* e *Web of Science* entre os anos de 2012 e 2017. O objetivo RBS conforme Bernardo *et al.* (2016), é além de quantificar os trabalhos produzidos durante um determinado período de tempo, também a construção de um novo panorama do campo de conhecimento já construído, pois a pesquisa atual não deve esconder o que já foi estudado, deve sim, preencher as lacunas identificadas.

As diferentes abordagens em relação à agroecologia basearam-se principalmente ao redor dos seguintes temas: alimentos ecológicos, revolução verde, necessidades alimentares da sociedade, agronegócio e mudança climática.

O método adotado para a estruturação da RBS do presente artigo foi baseado na proposta realizada por Campos (2017), o modelo segue a estrutura delimitada pelos critérios de filtros para selecionar os artigos mais relevantes do tema estudado, bem como os principais *journals*, os países que mais estudaram o tema no período estabelecido e os principais autores que relatam diferentes abordagens do tema também no mesmo período descrito.

Foram realizadas buscas na base de dados *Scopus* e *Web of Science* – realizadas em agosto e setembro de 2017 – utilizando a palavra-chave: “*agroecology*”. Essa palavra-chave foi aplicada para buscar os artigos de periódicos pelo título, resumo e palavras-chave.

Foram realizados filtros utilizando alguns critérios para limitação da pesquisa (L) para selecionar artigos com o tema “*agroecology*”, os critérios para essas limitações estão descritos no Quadro 1:

Quadro 1. Critérios para a limitação de seleção de artigos da RBS – agroecologia.

Critério para limitação (L)	Seleção
L1	Limitação da busca em bases científicas: <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i>
L2	Limitação da busca do tema “ <i>agroecology</i> ” na área de Ciências Sociais.
L3	Limitação: Somente artigos.
L4	Limitação no ano de publicação: 2012 a 2017.

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro 1 mostra as limitações utilizadas para a busca dos artigos publicados nas referidas bases que abordam o tema “*agroecology*” entre os anos de 2012 e 2017.

Todos os artigos apresentados nesse trabalho de agroecologia focam seus estudos na área de Ciências Sociais, conforme critério para limitação (L1), foi realizada a busca de artigos que tratassem do impacto da agroecologia na sociedade, e excluídos os artigos que tratam da agroecologia focando na agricultura, nas ciências ambientais, nas ciências da terra, energia, medicina, economia, etc.

Outros critérios (Cr) utilizados para a busca dos principais artigos publicados nas bases *Scopus* e *Web of Science* estão descritos abaixo:

- Cr I: Os 30 artigos mais citados que abordam o tema agroecologia entre os anos de 2012 e 2017;

- Cr II: Os 10 artigos mais recentes dentre os 30 artigos mais citados que abordam o tema agroecologia entre os anos de 2012 e 2017.

O Cr I foi determinado para que fosse possível obter as pesquisas mais relevantes realizadas sobre o tema no mercado acadêmico, já o Cr II foi determinado para que fosse possível obter os artigos mais recentes do tema do presente trabalho “*agroecology*”.

Foi necessário utilizar a ferramenta de ordenação e limitação das bases de dados Scopus e *Web of Science*, e identificar se os artigos selecionados contemplavam ou não, o tema agroecologia e se seus conteúdos estavam acessíveis integralmente.

Foi realizada também a leitura de todos os títulos e resumos dos artigos que abordavam o tema agroecologia, pesquisados nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* de 2012 a 2017, para a determinação dos principais países estudados em relação ao tema, os principais autores que pesquisam a agroecologia no mundo e as principais revistas em que o tema é apresentado. Quando a leitura do resumo não era suficiente, realizava-se a leitura completa do artigo.

A busca realizada nas bases científicas *Scopus* e *Web of Science* em agosto e setembro de 2017, utilizando a palavra-chave “agroecology”, totalizaram 329 artigos entre os anos de 2012 e 2017 conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2. Resultado da busca nas bases *Scopus* e *Web of Science* com a palavra-chave “agroecology” entre os anos de 2012 e 2017.

DATA DA PESQUISA	BASE DE DADOS	PALAVRA-CHAVE	ÁREA	Total documentos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
03/09/2017	SCOPUS	"agroecology"	Ciências Sociais	327	85	48	33	54	49	58
13/09/2017	WEB OF SCIENCE	"agroecology"	Ciências Sociais	2	0	0	0	1	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Foram escolhidos os 30 artigos mais citados, ou seja, os mais relevantes para a base dessa revisão bibliográfica sistemática sobre agroecologia, o Quadro 3 apresenta os 30 artigos mais citados.

Quadro 3: Resultado da pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*.

Ano	Título do artigo	Citações	Journal	Autores
2013	Doubling food production to feed the 9 billion: A critical perspective on a key discourse of food security in the UK.	83	Journal of Rural Studies	Tomlinson, I.

2013	Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution.	59	Agroecology and Sustainable Food Systems	Holt-Giménez, E., Altieri, M.A.
2012	Regional differences of China's urban expansion from late 20th to early 21st century based on remote sensing information.	52	Chinese Geographical Science	Liu, J., Zhang, Q., Hu, Y.
2014	Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology.	33	Journal of Peasant Studies	Martínez-Torres, M.E., Rosset, P.M.
2012	Climate change and the transgenic adaptation strategy: Smallholder livelihoods, climate justice, and maize landraces in Mexico.	31	Global Environmental Change	Mercer, K.L., Perales, H.R., Wainwright, J.D.
2012	EU agri-innovation policy: Two contending visions of the bio-economy.	29	Critical Policy Studies	Levidow, L., Birch, K., Papaioannou, T.
2014	Introduction: critical perspectives on food sovereignty.	28	Journal of Peasant Studies	Edelman, M., Weis, T., Baviskar, A., (...), Kandiyoti, D., Wolford, W.
2014	Taking complexity in food systems seriously: An interdisciplinary analysis.	28	World Development	Foran, T., Butler, J.R.A., Williams, L.J., Wanjura W.J., Hall A., Carter, L., Carberry, P.S.

Quadro 3: Resultado da pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* (continuação).

Ano	Título do artigo	Citações	Journal	Autores
2013	Agroecology and politics. how to get sustainability? about the Necessity for a political agroecology.	27	Agroecology and Sustainable Food Systems	Gonzalez de Molina, M.
2012	Major Function Oriented Zone: New method of spatial regulation for reshaping regional development pattern in China.	19	Chinese Geographical Science	Fan, J., Sun, W., Zhou, K., Chen, D.
2016	Investing in the transition to sustainable agriculture.	18	Environmental Science & Policy	DeLonge, M.S., Miles, A., Carlisle, L.
2013	Agroecology: Foundations in agrarian social thought and sociological theory.	18	Agroecology and Sustainable Food Systems	Sevilla Guzmán, E., Woodgate, G.
2013	Effects of crude oil contamination on soil physical and chemical properties in momoge wetland of China.	18	Chinese Geographical Science	Wang, Y., Feng, J., Lin, Q., Lyu X., Wang, X., Wang, G.
2014	Comparing conventional and organic agriculture in Karnataka, India: Where and when can organic farming be sustainable?	16	Land Use Policy	Patil, S., Reidsma, P., Shah, P., Purushothaman, S., Wolf, J.
2013	Agroecology: Growing the roots of resistance.	16	Agroecology and Sustainable Food Systems	Gliessman, S.
2012	Spatio-temporal patterns of intra-urban land use change in Beijing, China between 1984 and 2008.	16	Chinese Geographical Science	Kuang, W.
2012	Urban expansion and its influencing factors in Natural Wetland Distribution Area in Fuzhou City, China.	15	Chinese Geographical Science	Cai, Y., Zhang, H., Pan, W., Chen, Y., Wang, X.
2015	European transitions towards a corporate-environmental food regime: Agroecological incorporation or contestation?	14	Journal of Rural Studies	Levidow, L.

Quadro 3: Resultado da pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* (continuação)

Ano	Título do artigo	Citações	Journal	Autores
2013	Complex traditions: Intersecting theoretical frameworks in agroecological research.	14	Agroecology and Sustainable Food Systems	Vandermeer, J., Perfecto, I.
2013	Floods and livelihoods: The impact of changing water resources on wetland agro-ecological production systems in the Tana River Delta, Kenya.	14	Global Environmental Change	Leauthaud, C., Duvail, S., Hamerlynck, O., (...), Grünberger, O.
2013	Assessing the role of policies on land use change and agricultural development since 1960s in northern Ethiopia.	14	Land Use Policy	Teka, K., Van Rompaey, A., Poesen, J.
2012	Temporal variations of water discharge and sediment load of Huanghe River, China.	14	Chinese Geographical Science	Liu, F., Chen, S., Peng, J., Chen, G.
2015	Crop diversification as a smallholder livelihood strategy within semi-arid agricultural systems near Mount Kenya.	13	Land Use Policy	McCord, P.F., Cox, M., Schmitt-Harsh, M., Evans, T.
2013	The paradoxes of Latin America's 'pink Tide': Venezuela and the project of agrarian reform.	13	Journal of Peasant Studies	Enríquez, L.J.
2013	Agroecology and alternative agri-food movements in the United States: Toward a sustainable agri-food system.	13	Agroecology and Sustainable Food Systems	Fernandez, M., Goodall, K., Olson, M., Méndez, V.E.
2013	Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: Advances and challenges.	13	Agroecology and Sustainable Food Systems	Petersen, P., Mussoi, E.M., dal Soglio, F.
2015	Cook, eat, man, woman: understanding the New Alliance for Food Security and Nutrition, nutritionism and its alternatives from Malawi.	12	Journal of Peasant Studies	Patel, R., Bezner Kerr, R., Shumba, L., Dakishoni, L.

Quadro 3: Resultado da pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* (continuação).

Ano	Título do artigo	Citações	Journal	Autores
2014	Dietary contribution of Wild Edible Plants to women's diets in the buffer zone around the Lama forest, Benin – an underutilized potential.	12	Food Security	Boedecker, J., Termote, C., (...), Lachat, C.
2014	Engineering yields and inequality? How institutions and agro-ecology shape Bt cotton outcomes in Burkina Faso.	12	Geoforum	Dowd-Uribe, B.
2012	What economic democracy for degrowth? Some comments on the contribution of socialist models and Cuban agroecology.	11	Futures	Boillat, S., Gerber, J.-F., Funes-Monzote, F.R.

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os 30 artigos mais citados apresentados no Quadro 3, o estudo de Tomlinson (2013) discute as atividades do movimento social e os desafios institucionais de ciência e política, que começam a unir e articular discursos em torno de conceitos de fornecimento de alimentos ecológicos, soberania alimentar e agroecologia.

Holt-Giménez e Altieri (2013) estudam a proposta de uma nova revolução verde, juntamente com as políticas econômicas neoliberais em face das crises alimentares globais.

A pesquisa de Liu, Zhang e Hu (2012) investigou as diferenças regionais da expansão da terra urbana da China no final da década de 1980 até o ano de 2008, com base em uma análise temporal de uma base de dados que foram produzidas principalmente a partir de dados de imagens de sensoriamento remoto.

Dentre os 30 artigos mais citados o Quadro 4 apresenta os 10 artigos mais recentes que abordam a temática agroecologia nas bases Scopus e Web os Science no período de 2012 a 2017.

Quadro 4 - Os 10 artigos mais recentes de agroecologia nas bases *Scopus* e *Web of Science* no período de 2012 a 2017.

Ano	Título do artigo	Citações	Journal	Autores
2016	Investing in the transition to sustainable agriculture.	18	Environmental Science & Policy	DeLonge, M.S., Miles, A., Carlisle, L.
2015	European transitions towards a corporate-environmental food regime: Agroecological incorporation or contestation?	14	Journal of Rural Studies	Levidow, L.
2015	Crop diversification as a smallholder livelihood strategy within semi-arid agricultural systems near Mount Kenya.	13	Land Use Policy	McCord, P.F., Cox, M., Schmitt-Harsh, M., Evans, T.
2015	Cook, eat, man, woman: understanding the New Alliance for Food Security and Nutrition, nutritionism and its alternatives from Malawi.	12	Journal of Peasant Studies	Patel, R., Bezner Kerr, R., Shumba, L., Dakishoni, L.
2014	Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology.	33	Journal of Peasant Studies	Martínez-Torres, M.E., Rosset, P.M.
2014	Taking complexity in food systems seriously: An interdisciplinary analysis.	28	World Development	Foran, T., Butler, J.R.A., (...), Hall A., Carter, L., Carberry, P.S.
2014	Introduction: critical perspectives on food sovereignty.	28	Journal of Peasant Studies	Edelman, M., Weis, T., Baviskar, A., (...), Kandiyoti, D., Wolford, W.
2014	Comparing conventional and organic agriculture in Karnataka, India: Where and when can organic farming be sustainable?	16	Land Use Policy	Patil, S., Reidsma, P., Shah, P., Purushothaman, S., Wolf, J.

Quadro 4 - Os 10 artigos mais recentes de agroecologia nas bases *Scopus* e *Web of Science* no período de 2012 a 2017 (continuação).

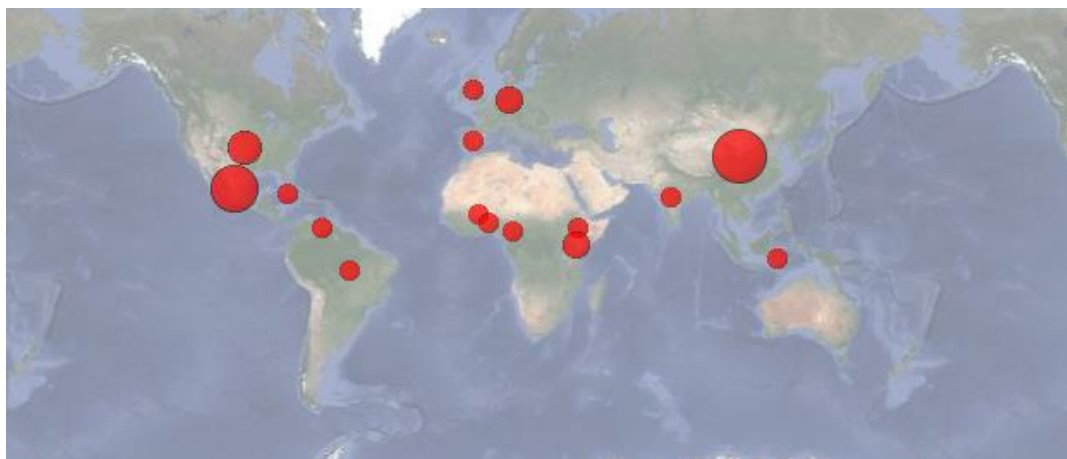
Ano	Título do artigo	Citações	Journal	Autores
2014	Dietary contribution of Wild Edible Plants to women's diets in the buffer zone around the Lama forest, Benin – an underutilized potential.	12	Food Security	Boedecker, J., Termote, C., Assogbadjo, A.E., Van Damme, P., Lachat, C.
2014	Engineering yields and inequality? How institutions and agro-ecology shape Bt cotton outcomes in Burkina Faso.	12	Geoforum	Dowd-Uribe, B.
2013	Doubling food production to feed the 9 billion: A critical perspective on a key discourse of food security in the UK.	83	Journal of Rural Studies	Tomlinson, I.
2013	Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution.	59	Agroecology and Sustainable Food Systems	Holt-Giménez, E., Altieri, M.A.
2012	Regional differences of China's urban expansion from late 20th to early 21st century based on remote sensing information.	52	Chinese Geographical Science	Liu, J., Zhang, Q., Hu, Y.

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme o Quadro 4, o artigo mais recente relata os impactos ecológicos da agricultura industrial. DeLonge, Miles e Carlisle (2016) abordam as emissões de gases de efeito estufa, a perda de biodiversidade, a poluição causada por fertilizantes e pesticidas, a perda e degradação do solo, e os riscos para a saúde humana.

Levidow (2015), afirma que o conceito de “regime alimentar” auxilia a analisar possíveis transições além do regime agroindustrial dominado globalmente desde a década de 1970. Dentre os 30 artigos já apresentados na RBS, a Figura 1 demonstra os países que mais estudaram a agroecologia nas bases *Scopus* e *Web of Science* de 2012 a 2017.

Figura 1 - Artigos pesquisados sobre agroecologia nas bases *Scopus* e *Web of Science* de 2010 a 2017 e os países publicados.

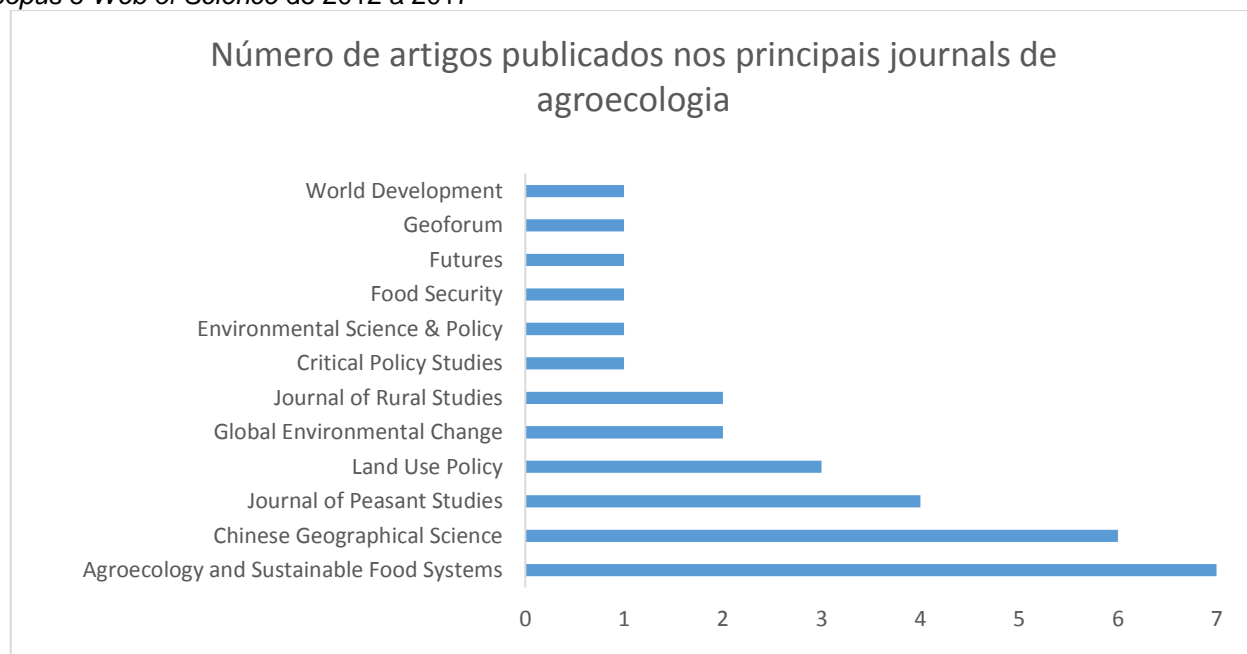


Fonte: BatchGeo, elaborado pelo autor.

A Figura 1 mostra que a China e o México foram os países que mais apresentaram trabalhos publicados de agroecologia nas bases *Scopus* e *Web of Science* na área de Ciências Sociais de 2012 a 2017.

O Quadro 5 apresenta as 12 principais revistas onde foram publicados os artigos de agroecologia já mencionados na RBS desse trabalho.

Quadro 5. Número de artigos publicados nos principais journals de agroecologia nas bases *Scopus* e *Web of Science* de 2012 a 2017



Fonte: Elaborado pelo autor baseado na RBS de agroecologia

Os trabalhos publicados no *journal Agroecology and Sustainable Food Systems*, focam seus estudos em políticas de agroecologia, sustentabilidade e nova revolução verde.

O Quadro 6 ilustra os autores com mais citações, que abordam o tema agroecologia dentre os 30 artigos mais citados pesquisados nas bases *Scopus* e *Web of Science* entre 2012 e 2017.

Quadro 6. Autores com mais citações.

Autores com mais citações

Altieri, M.A.

Holt-Giménez, E.

Hu, Y.

Levidow, L.

Liu, J.

Martínez-Torres, M.E

Rosset, P.M.

Tomlinson, I.

Wang, X

Zhang, Q.

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo Martínez-Torres e Rosset (2014), o movimento social rural transnacional La Vía Campesina tem sido criticamente sustentado e moldado pelo encontro e diálogo de saberes entre diferentes culturas rurais, camponeses, indígenas, agricultores, pastoral e proletário rural dentre outros que ocorre dentro dela, no contexto do confronto cada vez mais politizado com a realidade neoliberal e o agronegócio na fase mais recente da expansão do capital. Este diálogo entre as "ausências" deixadas de fora pela monocultura dominante de idéias produziu importantes "emergências" que vão desde a mobilização de quadros para ação coletiva até para metodologias sociais para a disseminação de agroecologia entre famílias camponesas.

As mudanças climáticas afetarão parte da produção agrícola mundial, várias estratégias de adaptação às mudanças climáticas foram propostas como,

por exemplo, a estratégia de adaptação transgênica na agricultura do milho no México, onde os agricultores de milho podem responder às mudanças climáticas e os efeitos dessas respostas sobre a diversidade das culturas. Os meios de subsistência dos pequenos proprietários no sul do México podem sofrer um impacto negativo desproporcional se a tecnologia transgênica for privilegiada como resposta às mudanças climáticas. As abordagens agroecológicas e evolutivas para abordar os efeitos das mudanças climáticas na agricultura de pequenos agricultores oferecem uma estratégia adaptada a abordagem (MERCER; PERALES; WAINWRIGHT, 2012).

O conceito de agroecologia nos Estados Unidos nasce de um processo dialético de co-produção de conhecimento, pelo qual a ciência da agroecologia moldou e foi moldada por movimentos alternativos agroambientais, política e prática local. A relação entre agroecologia e movimentos agro-alimentares alternativos identifica oportunidades para maior engajamento (FERNANDEZ et al., 2013).

Para Gonzalez (2013), os movimentos agroecológicos estão se espalhando e muitas experiências locais estão sendo realizadas, mas a agroecologia ainda não desenvolveu instrumentos e abordagens para elaborar estratégias estaduais e regionais, onde os aspectos políticos e institucionais desempenham um papel fundamental de uma base teórica que demonstra por que a agroecologia deve envolver a política.

Guzmán e Woodgate (2013) examinam as origens e os impactos da modernização agrícola para revelar os fundamentos sociais da agroecologia como disciplina científica e movimento social agrário. Os impactos do capitalismo nas sociedades rurais proporcionaram um foco para o pensamento social e a mobilização desde os anos 1800 e, portanto, consideramos alguns dos discursos concorrentes que acompanharam o desenvolvimento da agricultura industrial.

Com a base de seu ecossistema, a ciência da agroecologia tornou-se uma ferramenta poderosa para a mudança do sistema alimentar quando combinada com a compreensão de como a mudança ocorre na sociedade. Neste sentido surgiu a agroecología no México na década de 1970 como uma forma de resistência à Revolução Verde. A agroecologia tornou-se muito mais do que uma

ciência para desenvolver tecnologias de produção de alimentos melhores, mais seguras e mais ecológicas (GLIESSMAN, 2013).

Segundo Kuang (2012) a estrutura interna urbana é uma informação essencial para pesquisadores de geografia urbana e planejadores urbanos ou gerentes. As transformações dominantes do uso da terra urbana incluem a deslocalização de terras industriais dos distritos centrais para as províncias suburbanas ou outras, e a expansão acelerada de áreas residenciais e espaços verdes para atender a demanda de habitação e proteção ecológica.

Cai (2012) relata que a degradação ambiental, a perda de terras para a agricultura e à forte pressão de urbanização rápida, prejudicou a capacidade de carga da cidade. Assim, além de políticas científicas e racionais para minimizar os efeitos adversos da urbanização, a coordenação entre as agências administrativas deve ser fortalecida de forma urgente para equilibrar os conflitos entre desenvolvimento urbano e conservação ecológica para assegurar o uso sustentável da terra.

O conhecimento dos agricultores tradicionais é enciclopédico e sempre em mudança, pois continuam aprendendo com experiências e intercâmbio mútuo na atualização de agroecologia. A ciência moderna da ecologia é (ou deve ser) a base científica da agroecologia e deve sinergicamente informar a acumulação contínua de conhecimento inerente à prática dos pequenos agricultores. O conhecimento agrícola mais tradicional é denso e também profundo, mas estreito, enquanto o conhecimento ecológico moderno é amplo, mas superficial. A interseção do conhecimento tradicional com a ecologia moderna pode resultar na geração de conhecimento simultaneamente profundo e amplo (VANDERMEER e PERFECTO, 2013).

Para McCord (2015), a diversificação de culturas é uma estratégia que os pequenos agricultores podem empregar para reduzir sua vulnerabilidade diante de mudanças ambientais globais, a diversificação não só amplia o número de tipos de culturas potenciais para o mercado, mas também melhora o funcionamento do agroecossistema, criando redundância no sistema agrícola e permitindo a inovação em áreas que exibem impactos da variabilidade climática. A decisão de diversificar as culturas é particularmente desafiadora para os

agricultores em sistemas semi-áridos. Os sistemas semi-áridos podem exibir maior variabilidade nas precipitações anuais em áreas que são marginais para a produção agrícola.

Segundo Boedecker et al., (2014), populações rurais em países em desenvolvimento enfrentam insegurança alimentar e desnutrição, apesar de estarem cercadas por uma extraordinária biodiversidade. A comunidade internacional reconhece cada vez mais o papel da agro-biodiversidade e das plantas comestíveis selvagens em suas contribuições para o gerenciamento de riscos e a construção de resiliência e sistemas alimentares sustentáveis.

Os quatro fatores sociais e agroecológicos - crédito, governança, preço de sementes e dinâmica de pestes - medeiam os resultados de algodão Bt para produtores em Burkina Faso. O algodão Bt controlará as pragas alvo, mas é provável que surjam parasitas secundárias reduzindo os benefícios da tecnologia. Essas descobertas sugerem que muitos problemas com a adoção do algodão Bt no Burkina Faso estão no contexto social e agroecológico da adoção, que tradicionalmente não é examinado nas análises dos resultados das culturas transgênicas. (DOWD-URIBE, 2014).

A agroecologia cubana é a maior experiência de vida real do "decrescimento" agroecológico, a economia cubana, que limita a acumulação privada de capital e de ativos produtivos, está em melhor posição para alcançar formas de decrescimento sustentável do que as economias capitalistas, mas isso seria ainda mais com mais democracia. O sistema agrícola cubano enfrenta o desafio de libertar-se da tradição de planejamento central, seguindo o processo atual de dar autonomia crescente aos pequenos produtores. Especificamente, cooperativas de pequenos agricultores têm o melhor potencial para atingir os objetivos de agroecologia orientados para o decrescimento (BOILLAT et al., 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

Conforme exposto, o fio condutor sociológico para a aproximação ao objeto de estudos, a transição de sociabilidade humana, parte do entendimento de classes e relações entre capital e trabalho e seus desdobramentos, fundando-se nas teorias de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Aporta-se firmemente, para os estudos da sociabilidade em comunidades ao pensamento de Ferdinand Tönnies (1855-1936), em sua já citada obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887).

Para a busca das respostas ao problema central destacado, optou-se pesquisa de tipologia exploratória e descritiva (CONDURU; PEREIRA, 2010; GIL, 2014). Segundo Conduru; Pereira (2010) e Gil (2014), a pesquisa exploratória se constitui no nível mais elementar das tipologias segundo os objetivos, pois centra-se na busca de definição acerca do(s) fenômeno(s) estudado(s), no caso, a sociabilidade de comunidades tradicionais. Contudo, a pesquisa necessitou, segundo seus objetivos e problemática central, para além da exploratória, aportar-se à tipologia descritiva, que segundo Conduru; Pereira (2010) e Gil (2014) é a aquela por meio do qual se buscam detalhes sobre o processo em que o fenômeno se estabelece na sociedade ou em pequenos grupamentos humanos.

Considerando que os estudos perpassam e se instalam nas relações sociais humanas, sendo de central interesse as interpretações e interações, nega-se a possibilidade de que os números e mesmo percentis sejam suficientes para a construção de respostas robustas ao problema delineado (SEVERINO, 2007). Assim optou-se pela abordagem qualitativa, pois somente esta tem as condições de abarcar estratégias, técnicas e instrumentos que por sua vez possibilitariam a consecução dos trabalhos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

A envergadura dos trabalhos que foram propostos impeliu à adoção de uma estratégia de pesquisa, pois a utilização de apenas técnicas incorreria na possibilidade de que as informações se desencontrassem, colocando-se em

risco a técnica escolhida para análise e interpretação de informações e a fidedignidade dos resultados (FREITAS; JABBOUR, 2011).

Assim, o estudo de caso foi assumido como estratégia central de pesquisa, sendo que esta é definida por Yin (2005) como:

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2005, p. 32)

O estudo de caso é assim uma técnica de pesquisa, que assumida como estratégia, traz segundo os estudos e os referencias de Freitas; Jabbour (2011, p.12) os seguintes benefícios: “(a) aumento da compreensão e do entendimento sobre os eventos reais e contemporâneos, além de permitir uma descrição; (b) o teste de uma teoria existente; (c) o desenvolvimento de uma teoria”.

A teoria de estudo de caso, segundo Yin (2005, p.60-61) traz quatro tipos, desdobrados das condições de aplicação da estratégia, a saber:

- 1) Caso único;
- 2) Casos múltiplos;
- 3) Enfoque incorporado;
- 4) Enfoque holístico.

Contudo, como todas as outras estratégias de pesquisa, o estudo de caso exige a escolha de técnicas que sirvam para a busca de informações seguras em diversas fontes. Para a aproximação do estado da arte acerca do objeto de estudos, bem como de sua fundamentação teórica posta, adotou-se a exploração bibliográfica e documental, sobre estas técnicas fundamentais ao estudo de caso, Martins e Theóphilo (2009) destacam:

Para compor uma plataforma teórica de qualquer estratégia de investigação são conduzidas pesquisas bibliográficas – Levantamento de referências expostas em meios escritos ou em outros meios. A pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado – livros, periódicos, etc. -, mas busca material que não foi editado como

cartas, memorandos, correspondências, avisos, agendas, propostas, relatórios, estudos, avaliação etc. Pesquisas documentais são frequentes nos estudos orientados por estratégias participativas. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p 87-88)

A partir da circunscrição teórica, e da construção de um projeto de pesquisa definitivo que respondesse às diretrizes do estudo de caso, inclusive ao seu plano protocolar, tramitou-se com todo o processo junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Pessoas – CEP, sendo protocolado na Universidade do Sagrado Coração e Plataforma Brasil, obteve aprovação final no dia 29 de maio de 2018, sob número 2.681.279 (anexo I).

O processo de coleta de informações fora complementado pela técnica de entrevista com pautas semi-estruturadas que segundo Martins e Theóphilo (2009) se constituem em:

A entrevista semiestruturada é conduzida com o uso de um roteiro, mas com liberdade de serem acrescentadas novas questões pelo entrevistador. Denomina-se em profundidade uma entrevista não estruturada em que o respondente é abordado por um entrevistador, altamente treinado, para obtenção de informações detalhadas sobre o tema específico, afim de levantar motivações, crenças, percepções e atitudes em relação a certa situação e /ou objeto de investigação. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p.88-89)

Os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo II). O formulário de pautas semi-estruturadas (anexo III) fora aplicado junto à 11 pessoas, todas adultas e moradoras da Comunidade Matinha, foco de estudos, evidenciando-se aspectos culturais, da tradição e da relação humana com a natureza e com a sociedade, no seu plano comercial.

Por fim, adotou-se uma terceira técnica de coleta de informações, a história oral, sendo realizados os resgates históricos orais de três pessoas mais antigas ou melhor articuladas com a formação da comunidade. A história oral “não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas

lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não” (MATTOS; SENNA, 2011, p. 96).

Contudo, a técnica de história oral, ou resgate da história oral traz em si algumas críticas para as quais tomaram-se cuidados a fim de não haver interferências nos níveis de êxito dos trabalhos. Mattos e Senna (2011), pautados sobre os estudos de Portelli (2006), destacam como crítica à técnica de história oral:

As fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época. (MATTOS; SENNA, 2011, p. 101).

Neste sentido, a técnica da história oral, não se constituiu em centralidade aos trabalhos e à sua metodologia, mas serviu de estrutura complementar de coleta de informações, que foram devidamente confrontadas na técnica final de análise e interpretação das informações.

Por fim, a técnica de validação final e fechamento dos trabalhos metodológicos foi a técnica da triangulação de métodos, que serviu como estrutura científica para a confrontação das informações coletadas pela exploração bibliográfica, entrevistas e resgate da história oral. Conforme Marcondes; Brisola (2014);

Na Análise por Triangulação de Métodos, está presente um modus operandi pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática

em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade. (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p.204)

Assim, tendo-se definida a trilha metodológica com seus ajustes possibilitados por um planejamento parcialmente flexível, como estabelece as normas para o bom planejamento, partiu-se para a confirmação da unidade de pesquisa, tomada por escolha intencional afim de se cumprirem os requisitos para a consecução dos objetivos da pesquisa.

Conforme estabelece Martins e Theóphilo (2009), a amostra não probabilística e intencional é a melhor opção quando o fenômeno não ocorre de modo genérico e a escolha se torna o único meio para se chegar às informações necessárias.

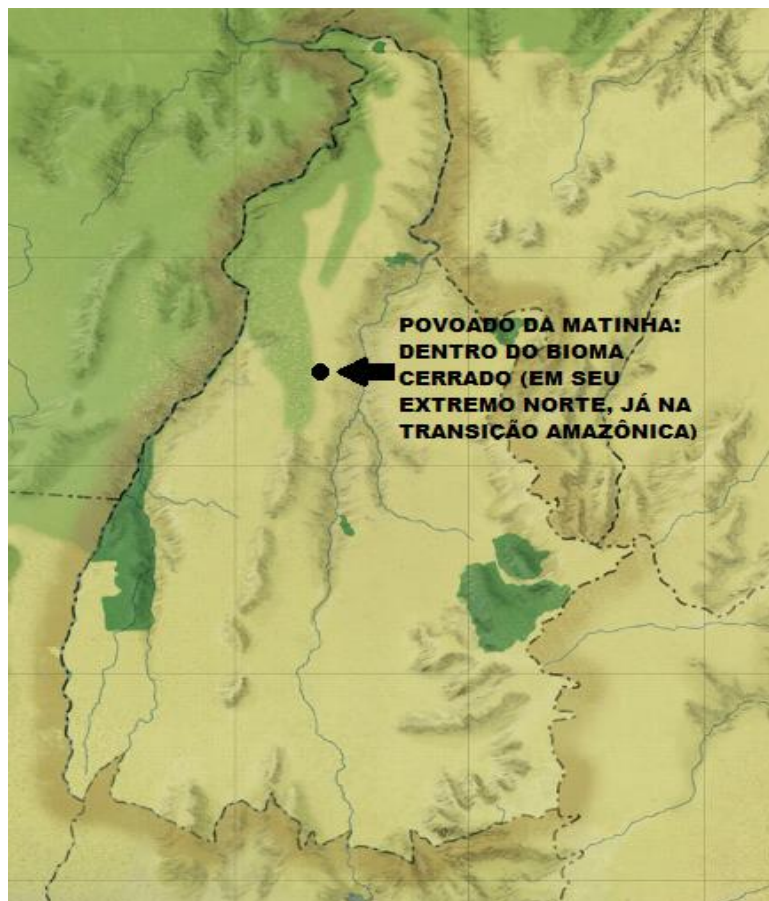
3.2 Localização do povoado da Matinha

A uma distância de 15 quilômetros de Guaraí (TO), sentido sul do Estado do Pará, pela rodovia estadual TO 336, há cinco décadas foi criado o Povoado da Matinha, localizado entre os municípios de Guaraí/TO e Colméia/TO (conforme figura 2 e 3), quando por cinco famílias que se deslocaram do interior do Estado de Minas Gerais para iniciar colonização em novas áreas. Trazendo na bagagem experiência na agricultura familiar e expectativas de êxito, trouxeram ainda toda a carga cultural e religiosa que fazem a comunidade manter forte ligação com a tradição e com a busca de produzir o suficiente sem comprometer o meio ambiente (MORAES et al, 2016b).

A comunidade Matinha apresenta uma geografia formada por vegetação de transição, tendo o cerrado como predominante e também faixas de vegetação amazônica, ambas fazem parte da depressão do médio Araguaia, localizada na bacia hidrográfica do Bananal, rio afluente do rio Araguaia (TOCANTINS, 1999). Devido ao clima tropical, a temperatura média anual na Matinha varia entre 27 e 30 graus possuindo um período de chuva que vai de outubro a maio, a vegetação de campo do cerrado junto com as gramíneas predomina a região onde está a

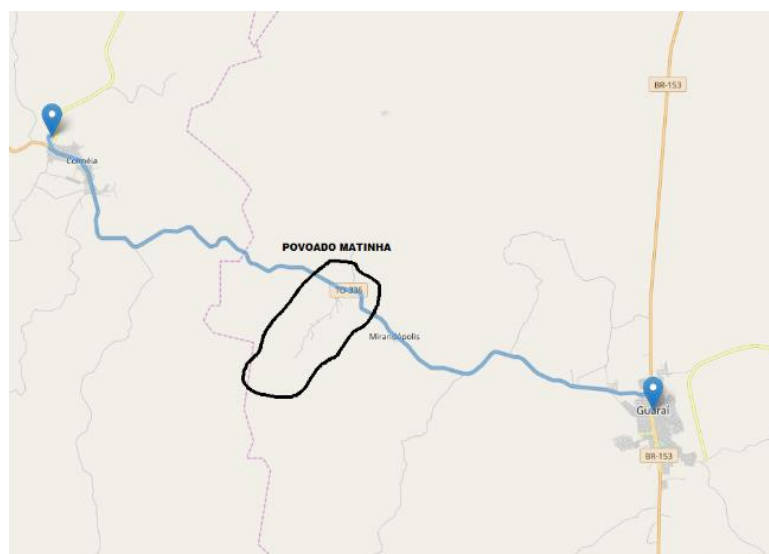
comunidade, com a presença abundante de pequi, de babaçu, de ingá e de veredas de buriti (LORENZI, 1992).

Fig. 2: Povoado Matinha no Estado Tocantins



Adaptado do *google maps*

Figura 3: Matinha entre Guaraí e Colméia/TO



Adaptado do *google maps*

A região chamada Matinha (localizada no Tocantins) na cidade de Guaraí, surgiu com a vinda de famílias do norte mineiro em meados da década de 1960 e 1970. A região era de difícil acesso com estradas precárias e muitas vilas (pequenos povoados) e sua economia era baseada na produção de bananas e exploração de cristais na cidade de Pequizeiro/TO.

O surgimento da comunidade da Matinha veio então após alguns anos, quando cinco famílias vindas do norte mineiro, estabelecidas na cidade de Rubiataba/GO se mudaram para a região (Guaraí/TO), aos poucos foram construindo suas casas (conforme figura 4 e 5) de forma legal conduzindo também os rituais religiosos que já existiam na Comunidade Eclesial de Base – CEB.

Fig. 4: Povoado Matinha no Estado Tocantins



Foto: Alexandre Campos out/2017

Fig. 5: Povoado Matinha no Estado Tocantins



Foto: Alexandre Campos out/2017

As famílias, assim que se estabeleceram iniciaram a plantação de banana e feijão de maneira comunitárias, bem como sua comercialização para a subsistência. A produção de banana foi interrompida devido ao mal de cigatoka e o mal do panamá, o que fez a comunidade buscar outra fonte de renda. Então começaram a cultivar a mandioca e seus derivados, além de legumes e verduras, de forma agroecológica (sem utilização de agrotóxicos e maior aproveitamento de recursos naturais).

A condição de vida da comunidade na Matinha melhorou com a chegada das estradas, energia, construção da escola e acesso à água potável, os relatos demonstram que a fé religiosa sempre foi um diferencial nas famílias, preservando também a musicalidade com a construção de um pequeno estúdio para momentos de orações, celebrações e gravações de músicas católicas. Atualmente, o local é utilizado para celebrações e missas.

Na Matinha hoje vivem aproximadamente 200 geraizeiros, que formam pouco mais de 50 famílias, atualmente esses moradores cultivam de maneira agroecológica, mantendo suas tradições deixadas pelos seus antepassados.

A Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) na Amazônia Legal (corresponde à Floresta Amazônica dentro de território brasileiro) foi escolhida como estudo de caso dado a conveniência de pesquisa de o pesquisador conhecer a macro-região centro e oeste do Estado do Tocantins e parte de sua história e traços econômicos, sem, contudo, possuir conhecidos ou conhecimento direto junto àquela comunidade que poderia inviabilizar o trabalho científico pôr potencializar riscos à fidedignidade da pesquisa.

Andrade (2010) destaca que a adoção intencional de uma amostra ou um caso não compromete a pesquisa, desde que isso facilite a coleta das informações necessárias e que não traga traços de muita proximidade entre o pesquisador e a organização ou grupo pesquisado.

4 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E TRIANGULAÇÃO

Nessa seção serão apresentadas as informações coletadas com as entrevistas semi-estruturadas com 11 pessoas da comunidade dos geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO). Foram realizadas 23 questões, das quais as 10 primeiras questões seguiram a escala *Likert*, da 11ª questão à 23ª as respostas foram dissertativas.

Durante uma das visitas do pesquisador à comunidade no segundo semestre de 2018, os entrevistados receberam os questionários em mãos (conforme figura 6) pelo pesquisador e responderam ao questionário individualmente, sem a interferência de outros membros da comunidade e nem do pesquisador.

Fig. 6: Momento de entrevistas com os geraizeiros da Matinha.



Foto: Nelson Russo de Moraes out/2018

Os resultados da pesquisa semi-estruturada realizada com a comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO), obtiveram a temática agroecologia. As

questões abordaram perguntas que envolviam a produção agroecológica e seus benefícios econômicos, sociais, ambientais, o papel da mulher, a recuperação de áreas degradadas, o consumo dos produtos agroecológicos, a sua relação com as tradições da comunidade, dificuldades da produção, mudanças da comunidade com a transição da produção e o papel dos multiplicadores agroecológicos na comunidade.

As três primeiras questões abordaram os benefícios da agroecologia para a comunidade. Os resultados mostraram que todos os entrevistados concordam totalmente com os benefícios econômicos, sociais e ambientais que a agroecologia trouxe à comunidade.

Caporal et al. (2006) e Carvalho et al. (2008) afirmam que a agroecologia tem um cunho de responsabilidade social, ambiental e sustentável e que com a sua produção os recursos naturais são preservados ou utilizados de maneira mais racional, trazendo para a comunidade diversos benefícios.

Após o início da produção agroecológica na comunidade houve uma maior união entre os moradores, passaram a produzir em maior quantidade e, portanto, comercializaram mais obtendo lucros significativos para as famílias, conquistando novos mercados na cidade de Guaraí e também participação nas feiras livres locais.

A quarta questão indagava a importância do papel da mulher na transformação do sistema produtivo tradicional em sistema agroecológico, 88% dos entrevistados responderam que concordavam com a importância do papel da mulher na agroecologia, e 13% dos entrevistados acharam que o papel da mulher não é tão relevante na transformação do sistema produtivo tradicional em agroecológico.

Durante as entrevistas alguns geraizeiros apontaram que a mulher auxilia e participa ativamente na produção agroecológica, além das tarefas para com a família e o lar. Em contrapartida, poucas famílias não têm a presença feminina e os mesmos não vêem a mulher com papel importante na transformação do sistema produtivo tradicional para agroecológico.

A quinta questão trouxe a preocupação ambiental e a agroecologia. A questão era se a produção agroecológica colabora na recuperação de áreas degradadas. Todos os entrevistados confirmaram a colaboração da produção na recuperação de áreas degradadas.

Em seus estudos Oliveira (2017) destaca que a vegetação do cerrado facilita o desenvolvimento da agricultura e de sua sustentabilidade. A vida das comunidades que vivem com fartura de recursos naturais ao seu redor, como é o caso do povoado da Matinha, facilita sua exploração e conseqüentemente auxilia na recuperação por exemplo de áreas degradadas.

Existe uma preocupação alarmante dos geraizeiros com a preservação das nascentes existentes na comunidade. Os mesmos respeitam a mata ciliar, que é a mata próxima aos rios, não deixando que ocorra os assoreamentos e erosões, não plantando nas margens dos rios.

A sexta questão afirma que cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros vêm da agricultura familiar, e questiona se a agroecologia pode contribuir para fortalecê-la. Enquanto que a sétima questão pergunta se as tradições dos geraizeiros são importantes para a produção agroecológica. Todos os entrevistados concordaram totalmente com as duas questões.

Dayrell (1998) afirma que os conhecimentos dos antepassados adquiridos pelos geraizeiros facilita a produção de diversas variedades agrícolas. Nogueira (2009) constata que os geraizeiros exploram o máximo os recursos naturais disponíveis para favorecer a produção agroecológica.

Alguns geraizeiros destacaram o sistema de agrofloresta como fator principal de sua produção agroecológica aproveitando o máximo todos os benefícios fornecidos pelas árvores e pelo solo (conforme figura 7). As famílias preparam mudas de árvores frutíferas e nativas para comércio e plantio na comunidade.

Fig. 7: Sistema agroflorestral na Matinha.



Foto: Alexandre Campos out/2017

As três últimas perguntas que seguiam a escala *likert* foram relacionadas às dificuldades para se produzir de forma agroecológica, onde 88% dos entrevistados confirmaram essa dificuldade. A outra pergunta foi se houve mudanças percebidas na comunidade com a transição para a produção agroecológica, e todos os entrevistados afirmaram as mudanças. Por último, foi avaliado se os multiplicadores agroecológicos têm contribuído para disseminar a prática agroecológica no Tocantins, e novamente todos os entrevistados confirmaram que há grande disseminação da produção ecológica no Estado.

Os geraizeiros comentam que dentre as suas grandes dificuldades na produção agroecológica, uma está relacionado à compra de esterco (adubo) uma vez que muitas vezes eles não garantem que esse adubo seja 100% natural, pois o fornecedor pode ter utilizado algum tipo de agrotóxico no seu pasto.

A comunidade da Matinha é referência no estado do Tocantins em produção agroecológica, nos eventos sobre agroecologia realizados no estado os geraizeiros da matinha sempre são convidados para darem depoimentos em relação à produção agroecológica, mostrando assim o importante papel dos multiplicadores.

As perguntas restantes do questionário foram dissertativas, e envolviam perguntas como quanto tempo os entrevistados trabalhavam com agricultura agroecológica, onde e qual a porcentagem do que ele produz é comercializado, se recebe assistência de técnicos agrícolas, se a propriedade possuiu certificação, se ele já vendeu algum produto agroecológico como convencional e por último o que o entrevistado entende por agricultura agroecológica.

Na Matinha os geraizeiros trabalham há cerca de 10 anos com agricultura agroecológica, iniciaram com a participação de alguns geraizeiros em um curso específico de agroecologia realizado em Brasília em 2007, entre eles Valdivino Marques Borges (conforme figura 8) e depois os mesmos multiplicaram os conhecimentos adquiridos em toda a comunidade.

Fig. 8: Valdivino Marques Borges, multiplicador de agroecologia na comunidade da Matinha.



Foto: Alexandre Campos out/2017

Atualmente, a principal fonte de renda da comunidade é a venda de olerícolas agroecológica, alguns comercializam via associação (Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Matinha – ASDECOM) para os supermercados e distribuidores de verduras na cidade de Guaraí, também comercializam em feiras livres as quartas feiras e domingo (conforme figura 8, 9 e 10), além das barracas improvisadas no acostamento da estrada que liga Guaraí à Colméia.

Fig. 9: Feira livre municipal em Guaraí/TO.



Foto: Alexandre Campos out/2017

Fig. 10: Geraizeiros comercializando seus produtos na feira livre municipal de Guaraí/TO.



Foto: Alexandre Campos out/2017

Fig. 11: Produtos agroecológicos sendo comercializados nos supermercados de Guaraí/TO.

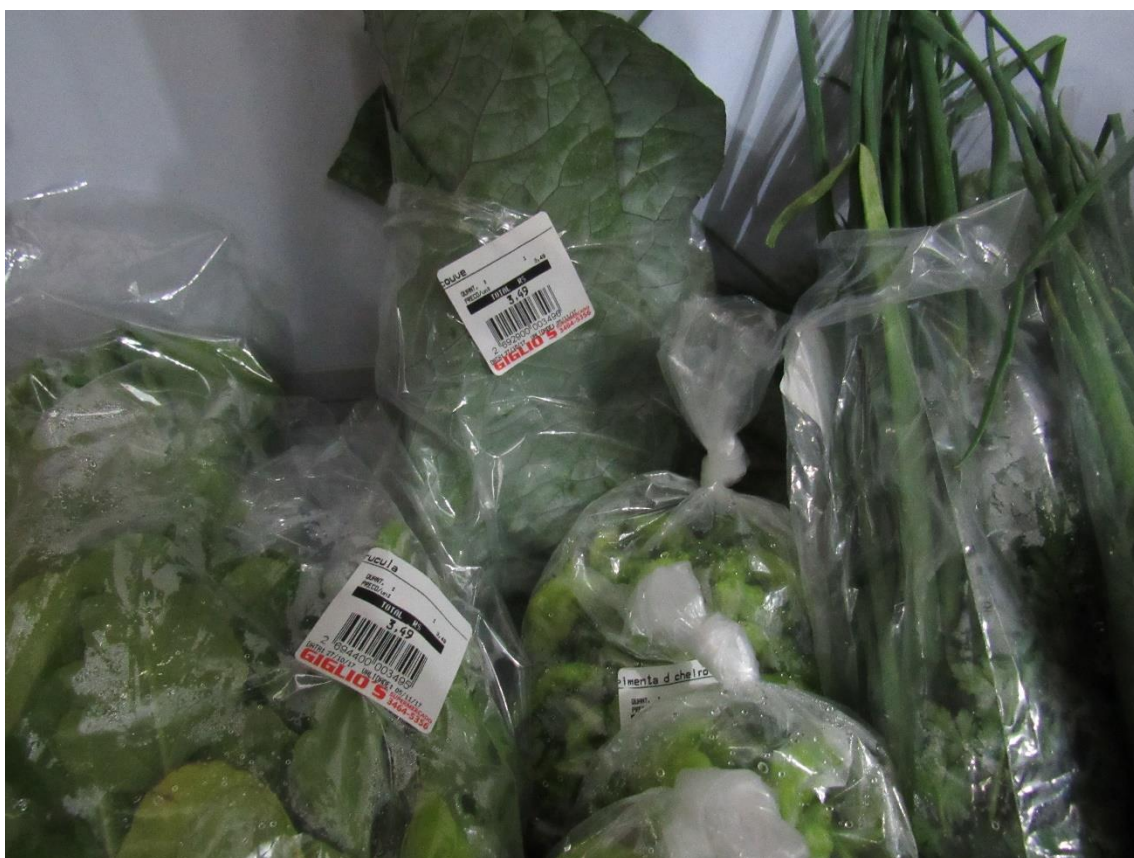


Foto: Alexandre Campos out/2017

Os entrevistados relatam que recebem assistência de técnicos agrícolas do estado semestralmente, mas que muitas vezes os mesmos não dão o suporte suficiente e necessário que a comunidade carece. A dúvida por exemplo quanto à extinção de alguma praga leva muitos meses para que os técnicos tragam a solução e quando a trazem a comunidade já resolveu o problema com suas próprias habilidades.

A comunidade não possuiu uma certificação registrada para produção agroecológica, mas os mesmos desenvolveram um carimbo dando procedência de onde e como foi produzido o produto comercializado.

De modo geral os entrevistados compreendem que a agricultura agroecológica contribui para a saúde dos seres humanos através dos benefícios do consumo de alimentos mais saudáveis, isentos de agrotóxicos e que a utilização dos recursos naturais de forma racional é sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da seguinte questão de pesquisa: como a transição de modelos produtivos agrícolas, impelida pela sociedade contemporânea, impacta a sociabilidade de comunidades tradicionais?

Essa questão auxiliou na definição do objetivo geral; analisar as mudanças estabelecidas nas relações e estruturas sociais de comunidades tradicionais decorrentes da transição de modelos produtivos agrícolas, a partir de um estudo da Comunidade da Matinha (Guaraí – TO). Bem como na definição dos objetivos específicos deste trabalho:

a. Resgatar historicamente a formação, as tradições e as relações sociais das comunidades tradicionais de geraizeiros, com destaque para a Comunidade Matinha.

b. Circunscrever os processos produtivos e de alinhamento ao mercado da Comunidade Matinha (Guaraí – TO), demarcando as relações entre cidade-rural e consumidor-produtor.

c. Descrever a transformação social da Comunidade Matinha a partir da implementação de novos processos produtivos.

Os resultados dessa pesquisa podem servir de orientação para novos estudos de comunidades tradicionais brasileiras, ou para pesquisadores com linhas de pesquisa voltados às ciências sociais e ambientais.

A pesquisa também contribuiu para o entendimento da importância da agroecologia na sociedade e também da produção de produtos agroecológicos com utilização de recursos naturais de forma racional obtendo um desenvolvimento sustentável.

Desde que a sociedade passou a ser mais exigente e com ideologias de sustentabilidade, a produção agroecológica teve maior crescimento e destaque no Brasil, o que gera nessas comunidades o aumento da responsabilidade social e ambiental.

Outra contribuição que foi identificada durante a pesquisa é a importância da tradição trazida pelos antepassados da comunidade, bem como sua afetividade e a convivência entre os membros da comunidade.

No entanto, este trabalho apresenta limitações, por exemplo o número de entrevistados foi pequeno, pois o pesquisador não conseguiu que 100% da

comunidade participasse da pesquisa, pois o tempo de pesquisa foi pequeno para alcançar um maior número de famílias entrevistadas.

Outra limitação da pesquisa é que o estudo foi focado apenas na comunidade tradicional de geraizeiros, e como sugestão para próximas pesquisas seria comparar a vida e a produção agroecológica em outras comunidades, estudar a rede hidrográfica da comunidade com o objetivo de entender a preservação das nascentes e o impacto sócio ambiental.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada. v. 4, n° 2, abril/junho. 2000.
- ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 10ª ed., 2010.
- ANDRÉ, M.G. **Consumo e identidade: itinerários cotidianos da subjetividade.** São Paulo: DVS Editora, 2006.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARON R. **German Sociology.** New York: The Free Press, 1964.
- AZEVEDO, M. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé.** São Paulo: Loyola, 1996.
- BALLOU, R.H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física.** São Paulo: Atlas, 1993.
- BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais, 3º ed.,** São Paulo, Atlas, 2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERNARDO et al. Systematic Review (SR) on the productivity of sugarcane cultivation in Brazil. **Revista Espacios**, Caracas, v.38, n.4, p.27-39, 2017.
- BICKEL C. **Ferdinand Tönnies: Soziologie als skeptische Aufklärung zwischen Historismus und Rationalismus.** Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991.
- BICKEL C. **Tönnies und Durkheim.** In: Carstens U, Clausen L, Escudier A, et al. (eds) *Verfassung, Verfasstheit, Konstitution.* Kiel: Ferdinand Tönnies Gesellschaft, 133–147, 2008.
- BOEDECKER, J. et al. Dietary contribution of Wild Edible Plants to women's diets in the buffer zone around the Lama forest, Benin – an underutilized potential. **Food Security**, v.6, iss. 6, p. 833-849. nov. 2014.
- BOFF, L. **Princípio-Terra: à volta a terra como pátria comum.** São Paulo: Ática, 1995.
- BOND N. **Understanding Ferdinand Tönnies' Community and Society: Social Theory and Political Philosophy between Enlightened Liberal Individualism and Transfigured Community.** Berlin: LIT Verlag, 2013.
- BRAGA JUNIOR, S.S.; SILVA, D. **A relação da preocupação ambiental com compra declarada para produtos verdes no varejo: uma comparação da percepção do indivíduo com sua percepção de sociedade.** Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v.3, n. 2, p. 161-176, 2013.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.39, n.1, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: (n prelo), p. 1-365, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: Acesso em 22 de maio de 2018.

_____. **Decreto 6040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em. Acesso em 22 de novembro de 2017.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CAI, Y. *Urban expansion and its influencing factors in Natural Wetland Distribution Area in Fuzhou City, China*. **Chinese Geographical Science**, v. 22, iss. 5, p. 568-577, oct. 2012.

CAMPOS, A.; MORAES, N.R.; CABRAL, R. **A violência cultural estabelecida entre a sociedade e as comunidades tradicionais**. Anais do Congresso Internacional de Comunicação, Inovação e Tecnologias/Universidade Federal do Tocantins. Palmas/TO: UFT, 2017.

CAMPOS, R. T. **Proposição de framework para aplicação do método design for six sigma**. 70f. Dissertação (mestrado em engenharia de produção), Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia, Bauru, 2017.

CAPORAL, F.R, COSTABEBER, J.A, PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Abril, 2006.

CARNEIRO, H. S. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação**. História: Questões e Debates, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2015.

CARVALHO et al., **Perfil sócio-ambiental das famílias que implantaram projetos agroecológicos no assentamento Itamarati I**, Município de Ponta Porã, Ms. Revista Brasileira de Agroecologia, v.3, p. 38-40, 2008.

CONDURU, M.T.; PEREIRA, J.A.R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos**. Belém: UFPA, 2010.

COSTA, C. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

_____. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2010.

DALLABRIDA, V.R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência**. São Paulo: Liberars, 2016.

DAYRELL, C. **Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. 214p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de

Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidad Internacinal de Andalucía, Espanha, 1998.

D'ANGELIS FILHO, J.S.; DAYRELL, C.A. **Ataque aos cerrados**: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. Revista Crítica de Humanidades, Salvador, n. 222, 2006.

DeLONGE, M. S.; MILES, A.; CARLISE, L. Investing in the transition to sustainable agriculture. **Environmental Science & Policy**, v.55, n. 1, p. 266-273, jan. 2016.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____ **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996

DOWD-URIBE, B. **Engineering yields and inequality?** How institutions and agro-ecology shape Bt cotton outcomes in Burkina Faso. *Geoforum*, v. 53, p. 161-171, may. 2014.

DURKHEIM É. **Emile Durkheim on Morality and Society**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1973.

_____ Communauté et société selon Tönnies. In: **Durkheim é and Karidy V** (eds) *Textes 1 Éléments d'une théorie sociale*. Paris: Éditions de Minuit, 383–390, 1975.

_____ **The rules of sociological method and selected texts on sociology and its method**. New York: Free Press, 1982.

_____ **The division of labor in society**. New York: The Free Press, 1984.

_____ **Professional ethics and civic morals**. London and New York: Routledge, 2003.

FAVRE, H. **A civilização Inca**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FERNANDEZ et al. Agroecology and alternative agri-food movements in the United States: Toward a sustainable agri-food system. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, iss 1, p. 115-16, 2013.

FREITAS, Wesley Ricardo de Sousa ; JABBOUR, Charbel José Chiappetta . Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: **boas práticas e sugestões**. *Estudo & Debate (UNIVATES. Impresso)*, v. 18, p. 7-22, 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2010.

GLIESSMAN, S. **Agroecology**: Growing the roots of resistance. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v.37, iss. 1, p. 19-31, 2013.

- GONZALEZ, M. **Agroecology and politics**. how to get sustainability? About the Necessity for a political agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, iss. 1, p. 45-49, 2013.
- GOVERNO DO TOCANTINS. **Guaraí**. Disponível em <to.gov.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.
- GUZMÁN, E.S.; WOODGATE, G. **Agroecology**: Foundations in Agrarian Social Thought and Sociological Theory, *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37:1, 32-44, 2013
- HALL, J.A.; YKEMBERRY, G.J. **O Estado**. Lisboa/Portugal: Estampa, 1990.
- HABERMAS, J. **The theory of communicative action**, volume 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987.
- _____. **Between facts and norms**: Contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- _____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.
- KUANG, W. Spatio-temporal patterns of intra-urban land use change in Beijing, China between 1984 and 2008. **Chinese Geographical Science**, v. 22, iss. 2, p. 210-220, apr. 2012.
- LARAIA, R.B. **Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LEVIDOW, L. European transitions towards a corporate-environmental food regime: Agroecological incorporation or contestation? **Journal of Rural Studies**, v. 40, p. 76-89, aug. 2015.
- LIU et al. Regional differences of China’s urban expansion from late 20th to early 21st century based on remote sensing information. **Chinese Geographical Science**, Pequim, v.22, iss.1, p. 1-14, Fev. 2012.
- LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: Plantarum, 1992.
- LUKES S. and Scull 1. **Durkheim and the Law**, London: Palgrave, 2013.
- MAGALHÃES, F.R.; AMORIM, R.A. O movimento dos geraizeiros e a luta pela terra no alto rio Pardo. **Revista Juris**. vol. 9, número 12, 2015.
- Marcondes, N.A.V. ; BRISOLA, E. M. A. . **Análise por triangulação de métodos**: um referencial para pesquisas qualitativas. *Revista UniVap*, v. 20, p. 201-208, 2014.

MARCUCCI, N. Between facts and wills: Tönnies, Durkheim, and the sociological critique of modern obligation. **Journal of classical sociology**, Paris, v. 17, n. 4, p. 276-292, nov. 2017.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica p ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, K. (1844). **Carta a Ludwig Feuerbach** (11 de agosto). En Marx, K. y Engels, F. Obras fundamentales. Tomo 1. Marx. Escritos de Juventud. México: FCE, 679-681.

_____ **Manuscritos económico-filosóficos de 1844**. En Marx, K. y Engels, F. Escritos económicos varios. México: Grijalbo, 25-125, 1968.

_____ **El dieciocho brumario de Luis Bonaparte**. En Marx, K. y Engels, F. Obras escogidas en dos tomos (Vol. 1). Moscú: Progreso, 226-323, 1971.

_____ **Cuadernos de París [Notas de lectura de 1844] (Estudio previo de Adolfo Sánchez Vázquez)**. México: ERA, 1974.

_____ **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**, Vol. 1. México, 2011.

Marx, K. y Engels, F. **La ideología alemana**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1958.

_____ **Escritos sobre Russia**, II. El porvenir de la comuna rural rusa. México: Ediciones Pasado y Presente (1980).

_____ **Manifiesto del partido comunista**. Buenos Aires: Longseller, 2005.

MATINEZ-TORRES, M.; ROSSET, P.M. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **Journal of Peasant Studies**, Londres, v.41, iss. 6, p. 979-997, nov. 2014.

MERCER et al. **Climate change and the transgenic adaptation strategy: Smallholder livelihoods, climate justice, and maize landraces in Mexico**. Global Environmental Change, Nova lorque, v. 22, iss. 2, p. 495-504, may. 2012.

MESURE S. **Durkheim et Tonnies: Regards croisés sur la société et sur sa connaissance**. Sociologie , 2013.

MCCORD et al. **Crop diversification as a smallholder livelihood strategy within semi-arid agricultural systems near Mount Kenya**. Land Use Policy, v. 42, p. 738-760, jan. 2015.

MOREIRA, R. M, CARMO, M. S. Agroecologia na construção de desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul. 2004.

MORAES, N.R. **As empresas e o atendimento às demandas sociais em Bauru/SP: responsabilidade ou marketing?** 2005. 140f. Dissertação (Mestrado

em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca/SP: UNESP, 2005.

_____; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B.; GAMBA, M.F.D.F.; BRAGA, W.R.O. O conceito de território dentro de comunidades tradicionais brasileiras. **Revista Observatório**, Palmas, v.2, n.2(especial), 2016a.

_____; MORALES, A.G.; CATANEO, P.F.; LIMA, A.R.; MARCÓRIO, W.A. **As dimensões da relação do ser humano com a natureza em uma comunidade tradicional amazônica de geraizeiros**. Anais do IX ENAPEGS. UFRGS. 2016b. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/gedap/eventos-academicos/eventos-2016/ix-encontro-nacional-de-pesquisadores-em-gestao-social-enaeps>>. Acesso em 12 de maio de 2018.

_____; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B.; GAMBA, M.F.D.D.F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. v. 38, n. 12, 2017a. Disponível em < <http://www.revistaespacios.com/>>. Acesso em 23/07/2018.

_____; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B.; GAMBA, M.F.D.F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**, Caracas, v.38, n.12, p. 17-25, 2017.

_____; BRUMATTI, L. M; LIMA, A. R; CAMPOS, A.C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “Comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 4 (especial), p. 518-539, set. 2017a.

_____; CAMPOS, A.C; SILVA, M. L ; SOUZA, F. C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 5, p. 501-522, ago. 2017b.

NOGUEIRA, M.C.R. **Geraizeiros a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado em Antropologia (Programa de Antropologia Social) Universidade de Brasília. 2009, 233p.

OLIVEIRA, M.D. **Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do norte de minas gerais: o caso da comunidade sobrado**. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). Universidade de Brasília – UNB, 2017, 138p.

OZGUVEN, N. **Organic foods motivations factors for consumers**. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 62, p. 661-665, 2012.

PEREIRA, L.M. **Demarcação de terras Kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial**. *Tellus* ano 10, n.18, jan/jun. 2010. Campo Grande/MS: Tellus, 2010. Disponível em <<<http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/viewFile/202/234>>>. Acesso em 15/07/2018.

PEREIRA, L.A.; SOUZA, R.A.D. **O uso do agrotóxico**: a nova face da questão agrária, Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 185-194, 2016.

PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

RABUSKE, E.A. **O homem – um ser de cultura**. Petrópolis: Vozes, 2001.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.

_____. **Configurações histórico-culturais dos povos americanos**. São Paulo: Global, 2003.

_____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SATO, G.S.; MARTINS, S.S.; CARVALHO, Y.M.C.; MILANI, A.A.; CUNHA, R.P. Uma abordagem sobre a comercialização de hortaliças produzidas na região do alto Tietê. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n.1, jan. 2008.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMMEL, G. **On individuality and social forms**. Coletânea organizada por Donald Levine, Chicago, The University of Chicago Press, 1971.

_____. A natureza sociológica do conflito; a competição; conflito e estrutura de grupo; sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, E. (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática. 1983. p. 122-181.

_____. El problema de la sociología. In: SIMMEL, G. **Sociología**: estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza Universidad, 1986. p. 11-37.

_____. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Org.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 79- 108.

TENÓRIO, F.G. **Gestão social**: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública. V.32, n.5, 1998. Disponível em . Acesso em 24/08/2017.

TOCANTINS. **Atlas do Estado do Tocantins**. Governo do Estado do Tocantins, 1999.

TOMLINSON, I. Doubling food production to feed the 9 billion: A critical perspective on a key discourse of food security in the UK. **Journal of Rural Studies**, Londres, v.29, p. 81-90, jan. 2013.

TÖNNIES F. Émile Durkheim, De la division du travail social. **Soziologische Studien und Kritiken**. (Vol. 3). Jéna: Verlag von Gustav Fischer, 215–217, 1929.

TÖNNIES, F. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Editora Lozada, 1947.

_____ **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

_____ Émile Durkheim, Les règles de la methode sociologique. **Soziologische Studien und Kritiken**. (Vol. 3). Jéna: Verlag von Gustav Fischer, 274–276, 1929.

_____ **Custom: An Essay on Social Codes**. New York: The Free Press, 1961.

_____ **On sociology: Pure, Applied and Empirical (Selected Writings)**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1971.

_____ **Community and civil society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____ **Community and society**. Nova Iorque: Dove Publication. 2002.

_____ **La teoria sociale di Spinoza**. Milano: Mimesis, 2016.

VANDERMEER, J.; PERFECTO, I. Complex traditions: Intersecting theoretical frameworks in agroecological research. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v.37, iss. 1, p. 76-89, 2013.

VÁSQUEZ, M. I. **Volver a la “comunidad” con Karl Marx**. Una revisión crítica de la dicotomía comunidad-sociedad. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, Ciudad de México, n. 34, p. 109-132, ago. 2015.

VEGA-ZAMORA, M.; PARRAS-ROSA, M.; MURGADO-ARMENTEROS, E. M.; TORRES-RUIZ, F. J. **The Influence of the Term ‘Organic’ on Organic Food Purchasing Behavior**. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 81, p. 660-671, 2013.

VIEIRA, M.G. **Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais: crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

Yin, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre, Bookman, 2005.

ANEXO I

UNIVERSIDADE DO SAGRADO
CORAÇÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise dos impactos sociais da transição de modelos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guarai/TO)

Pesquisador: ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87214418.2.0000.5502

Instituição Proponente: Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.681.279

Apresentação do Projeto:

Há documentos suficientes para uma adequada avaliação da proposta

Objetivo da Pesquisa:

analisar as mudanças estabelecidas nas relações e estruturas sociais decorrentes da transição de modelos produtivos agrícolas, por sua vez impelidos pelas novas demandas da sociedade contemporânea.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

riscos mínimos de incomodo na abordagem aos participantes. Benefícios próprios para a área em estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

estudo qualitativo de estruturação adequada, com uso de entrevista e análise de seu conteúdo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE bem elaborado, em forma de convite e com informações suficientes para uma tomada de decisão por parte do eventual participante.

Recomendações:

sem recomendações

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação

Bairro: Rua Irmã Arminda Nº 10-50

CEP: 17.011-160

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (14)2107-7051

E-mail: comitedeeticadehumanos@usc.br

UNIVERSIDADE DO SAGRADO
CORAÇÃO



Continuação do Parecer: 2.681.279

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1078706.pdf	04/05/2018 13:47:57		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLÉalexandredecastrocampos.pdf	04/05/2018 13:42:46	ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoAlexandredeCastroCamposfapesp.pdf	26/03/2018 11:08:47	ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoplataformaBrasil.pdf	26/03/2018 11:03:28	ALEXANDRE DE CASTRO CAMPOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 29 de Maio de 2018

Assinado por:
Marcos da Cunha Lopes Virmond
(Coordenador)

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pos-Graduação

Bairro: Rua Irmã Arminda Nº 10-50 **CEP:** 17.011-160

UF: SP **Município:** BAURU

Telefone: (14)2107-7051

E-mail: comitedeeticadehumanos@usc.br

ANEXO III



Questionário aplicado aos produtores rurais da Matinha (Guaraí/TO)

Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento – Unesp Tupã/SP

Aluno: Alexandre de Castro Campos

Orientador: Nelson Russo de Moraes

Pesquisa de Mestrado: Análise dos impactos sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO).

O objetivo geral da pesquisa é **analisar as mudanças estabelecidas nas relações e estruturas sociais decorrentes da transição de modelos produtivos agrícolas, por sua vez impelidos pelas novas demandas da sociedade contemporânea**

DATA: _____ Nome do produtor (a): _____

Data de nascimento: _____ Nível de escolaridade: _____

Estado civil: _____ Número de filhos: _____

Número de pessoas que residem na sua propriedade contando com você: _____

Por favor, responda as perguntas abaixo, selecionando apenas uma alternativa para cada questão. Sempre que possível, responda o porquê de sua resposta.

1- A produção agroecológica trouxe benefícios econômicos para a comunidade da Matinha?

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| concordo
plenamente | concordo
parcialmente | não concordo e
nem discordo | discordo
parcialmente | discordo
totalmente |

Por quê? _____

2- A produção agroecológica trouxe benefícios sociais para a comunidade da Matinha?

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| concordo
plenamente | concordo
parcialmente | não concordo e
nem discordo | discordo
parcialmente | discordo
totalmente |

Por quê? _____

3- Há benefícios da produção agroecológica para o meio ambiente?

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| concordo
plenamente | concordo
parcialmente | não concordo e
nem discordo | discordo
parcialmente | discordo
totalmente |

Por quê? _____

4- O papel da mulher é importante na transformação do sistema produtivo tradicional em sistema agroecológico?

concordo plenamente concordo parcialmente não concordo e nem discordo discordo parcialmente discordo totalmente

Por quê? _____

5- A produção agroecológica colabora na recuperação de áreas degradadas?

concordo plenamente concordo parcialmente não concordo e nem discordo discordo parcialmente discordo totalmente

Por quê? _____

6- Cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros vêm da agricultura familiar. A agroecologia pode contribuir para fortalecê-la?

concordo plenamente concordo parcialmente não concordo e nem discordo discordo parcialmente discordo totalmente

Por quê? _____

7- As tradições dos geraizeiros são importantes para a produção agroecológica?

concordo plenamente concordo parcialmente não concordo e nem discordo discordo parcialmente discordo totalmente

Por quê? _____

8- Atualmente existem dificuldades para se produzir de forma agroecológica?

concordo plenamente concordo parcialmente não concordo e nem discordo discordo parcialmente discordo totalmente

Por quê? _____

9- Houve mudanças percebidas na comunidade com a transição para a produção agroecológica?

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| concordo
plenamente | concordo
parcialmente | não concordo e
nem discordo | discordo
parcialmente | discordo
totalmente |

Por quê? _____

10- Os multiplicadores agroecológicos têm contribuído para disseminar a prática agroecológica no Tocantins?

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| concordo
plenamente | concordo
parcialmente | não concordo e
nem discordo | discordo
parcialmente | discordo
totalmente |

Por quê? _____

Por favor, responda as perguntas abaixo, descrevendo o que é questionado de forma clara e objetiva.

11- Há quanto tempo trabalha na agricultura agroecológica? Como você iniciou esse tipo de produção?

12- Qual (is) sua(s) principal (is) fonte(s) de renda?

13- Você faz parte de uma ou mais organizações / associações da agricultura familiar (cooperativa, associação, grupo informal)? Por quê?

14- O seu cultivo é feito de forma agroecológica? Por quê?

15- Onde comercializa sua produção?

16- Da sua produção total, quanto (%) é comercializado com auxílio da organização/associação?

17- Você geralmente precisa complementar sua produção com produtos de outros agricultores para atender a demanda dessa organização/associação ou de outras formas de comercialização?

18- Recebe assistência de técnicos agrícolas? De quais instituições? Essa assistência é suficiente? Por quê?

19- Depois de integrado à organização/associação verificou em sua família algumas mudanças relacionadas à qualidade de vida? Quais?

20- Possui alguma certificação em sua propriedade? Qual?

21- A propriedade em que você trabalha está inteiramente convertida para a agroecologia?

22- Já vendeu produto ecológico como se fosse convencional? Por quê?

23- Em poucas palavras, o que você entende por agricultura agroecológica?

MUITO OBRIGADO POR CONTRIBUIR COM A PESQUISA NO BRASIL!